

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

ATIVISMO FEMINISTA INTERSECCIONAL: DESAFIOS E LUTAS DO CONTEXTO PORTUGUÊS

Ana Miguel Ribeiro Martins

M

2024



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**ATIVISMO FEMINISTA INTERSECCIONAL: DESAFIOS E LUTAS DO
CONTEXTO PORTUGUÊS**

Ana Miguel Ribeiro Martins
Outubro 2024

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Liliana Rodrigues* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender as perspectivas de pessoas ativistas feministas interseccionais acerca deste ativismo, bem como das suas lutas, desafios e práticas, da sua transformação ao longo do tempo, e das suas disputas, particularmente em Portugal. Assim, recorrendo a uma metodologia qualitativa, foram realizados quatro grupos focais, nos quais foram incluídas um total de catorze pessoas participantes. Os dados foram analisados com recurso à análise temática reflexiva de Braun e Clarke (2022), dando origem a quatro temas: (i) Conceções, desafios e lutas do ativismo feminista interseccional; (ii) Estratégias e meios do ativismo feminista interseccional; (iii) Disputas do ativismo feminista; (iv) O lugar dos homens no ativismo feminista interseccional. A relação entre estes temas estabelece-se através do organizador central, intitulado “Discursos sobre o ativismo feminista interseccional”. Conclui-se, portanto, que o ativismo feminista interseccional é um movimento ainda altamente pertinente na atualidade, destacando-se o papel dos meios digitais, assim como de diversas estratégias que exigem maior investimento. Sublinha-se ainda a presença de disputas que requerem reflexão, e uma grande variedade de lutas a serem incluídas, visando tornar este ativismo cada vez mais interseccional, inclusivo e acessível a todas as pessoas, inclusive às que se identificam como homens, que têm um importante contributo na participação e apoio ao movimento. Segundo as pessoas participantes, não se trata de uma luta exclusivamente pelas mulheres, mas sim de uma mobilização pela igualdade de direitos de todas as pessoas e pelo combate a todas as formas de opressão.

Palavras-chave: Ativismo; Feminismo Interseccional; Interseccionalidade

Abstract

The present study aims to understand the perspectives of intersectional feminist activists regarding this activism, as well as its struggles, challenges, and practices, its transformation over time, and its disputes, particularly in Portugal. Thus, using a qualitative methodology, there were conducted four focus groups, which included fourteen participants in total. The data were analyzed using Braun and Clarke's (2022) reflexive thematic analysis, resulting in four themes: (i) Conceptions, challenges, and struggles of intersectional feminist activism; (ii) Strategies and means of intersectional feminist activism; (iii) Disputes of feminist activism; (iv) The place of men in intersectional feminist activism. The relationship between these themes is established through a central organizer, named "Discourses on intersectional feminist activism." The study concludes that intersectional feminist activism remains a highly relevant movement in the present time, highlighting the role of digital media, as well as several other strategies that require greater investment. There is also an emphasis on the presence of disputes that require reflection, and on a wide variety of struggles that should be included, with the purpose of making this activism increasingly intersectional, inclusive, and accessible to all people, including those who identify as men, who have an important contribute in supporting and participating in the movement. According to the participants, this is not a movement exclusively regarding women, but rather a mobilization for equal rights for all individuals and for the dismantling of all forms of oppression.

Keywords: Activism; Intersectional Feminism; Intersectionality

Introdução

O feminismo é um conceito que pode apresentar diferentes definições, consoante as autoras que o descrevem, embora apresente uma ideia base comum. bell hooks (2000b) descreve o feminismo como “um movimento para acabar com o sexismo, com a exploração sexista e com a opressão”. Por sua vez, Laura Brown (2011) descreve o feminismo como a reconstrução radical dos sistemas sociais de forma a destruir o pensamento e a ideologia dominantes, e a desprivilegiar as hierarquias de poder baseadas no género. Como tal, contrariamente ao que frequentemente se relata, o feminismo não é o oposto de machismo, assim como também não é, na sua essência, ódio direcionado aos homens, a crença de que as mulheres são superiores, ou a confirmação do binarismo de género (embora diferentes correntes do feminismo possam ter defendido estas ideias). Pelo contrário, este movimento procura romper com ideias rígidas de feminilidade, masculinidade e com a forma como os indivíduos são tratados em função dessas categorias socialmente construídas (Cor & Chan, 2017; Teixeira et al., 2021).

Assim, o feminismo pode ser definido como a busca pela igualdade, pela rutura da hegemonia e da opressão sistémica, e pelo reconhecimento e trabalho ativo pelo desmantelamento do patriarcado. Tendo isto em conta, este movimento deve também ser inerentemente anti-sexista, antirracista, anti-homofóbico, anti-transfóbico e anti-classista (Cor & Chan, 2017), embora nem sempre assim seja defendido, como explorado neste trabalho. Tendo em conta os diversos movimentos e posicionamentos teóricos coexistentes dentro do feminismo, pode também falar-se em feminismos, no plural, designação predileta por algumas autoras e autores (Teixeira et al., 2021; Wiedemann et al., 2020).

De forma a melhor compreender estes feminismos e as suas práticas ativistas, é importante analisar a sua história. A primeira vaga feminista surgiu durante o século XVIII (embora a designação de feminismo só tenha surgido no século XIX) (Amâncio, 2003), com a necessidade de lutar pela equidade e igualdade de direitos entre homens e mulheres, impulsionada pela ideia de “direitos iguais à cidadania”. As mulheres pretendiam, sobretudo, obter a sua emancipação de um estatuto civil dependente e subordinado, e o seu reconhecimento como cidadãs equivalentes aos homens (Nogueira, 2001). Esta luta foi marcada pela reivindicação do direito ao voto (através do movimento sufragista), à vida política, à propriedade, e ao estatuto de sujeito jurídico (Macedo, 2006; Machado, 2018). Numa fase inicial, estas reivindicações referiam-se essencialmente apenas a mulheres brancas de classes mais elevadas. Contudo, com o avançar do movimento, também a luta das mulheres

trabalhadoras acabou por ser incluída. Esta vaga contribuiu para importantes conquistas em vários países, particularmente no direito ao voto, à propriedade e à educação (Machado, 2018).

Na década de 1960, teve início a segunda vaga feminista, com a reivindicação feminina de acesso ao conhecimento, à informação e à participação a mais níveis (Macedo, 2006). Esta vaga assentou sobre o conceito de “o pessoal é político”, salientando a ideia da opressão feminina não só na esfera pública, mas também na privada, nomeadamente no seio da família nuclear. Surgiu, assim, um movimento de crítica ao ideal de família e à posição subordinada das mulheres na mesma, bem como diversas discussões sobre tópicos como as questões parentais, o divórcio, o aborto, a contraceção, a violência sexual e doméstica, a objetificação do corpo feminino e a sexualidade (Nogueira, 2001, 2017; Teixeira et al., 2021).

Também o início da discussão acerca do conceito de género (construção social), por oposição ao conceito de sexo (biológico), marcou esta vaga, destacando-se a contribuição da publicação da obra “O segundo sexo” (1949), por Simone de Beauvoir. Esta obra introduziu o pressuposto de que “não se nasce mulher, torna-se”, contrariando a ideia de que as mulheres eram naturalmente inferiores aos homens. A partir daí, foi possível disseminar a compreensão dos conceitos de género, corpo e sexualidade como socialmente construídos, e como servindo, frequentemente, interesses e necessidades sociais, culturais e até mesmo mediáticas (Machado, 2018).

Já nos finais dos anos 1980 e início da década de 1990, surge a 3ª vaga feminista, por vezes também conhecida como feminismo pós-moderno ou pós-feminismo, no sentido em que consideraria que as principais reivindicações de igualdade tinham já sido satisfeitas e que o feminismo tinha deixado de representar adequadamente as preocupações das mulheres do momento (Macedo, 2006). Frequentemente, inclusive, passava-se a ideia de que este seria um contra-feminismo ou antifeminismo. Contudo, na verdade, esta definição pretendia apenas destacar a extinção do ativismo dos anos 60 e 70, e o surgimento de um novo paradigma, mais inclusivo de todo o tipo de mulheres e experiências, incluindo mulheres de diferentes etnias, nacionalidades, credos, origens culturais, sexualidades e níveis socioeconómicos (Amâncio, 2003; Macedo, 2006; Machado, 2018; Snyder, 2008). Emerge, assim, a ideia de que “o feminismo é o que cada mulher quer fazer dele e, portanto, há tantos feminismos como mulheres no mundo” (Machado, 2018), e a partilha de experiências/narrativas pessoais passa a funcionar como uma forma de consciencialização, construindo uma versão multi-perspetival do feminismo (Machado, 2018; Snyder, 2008).

Foi também nesta linha de pensamento que se surgiu a discussão acerca do direito de as mulheres realizarem pornografia e trabalho sexual, numa lógica de empoderamento através do

poder de escolha pessoal. Contudo, esta é uma questão controversa que gerou intenso debate, com posições quer a favor (sustentadas pelo argumento do empoderamento através do poder de escolha e de decisão sobre os próprios corpos), quer contra (perspetiva alicerçada nas questões da perpetuação, por parte da pornografia e do trabalho sexual, da objetificação das mulheres e dos seus corpos). Esta é uma disputa que se mantém até hoje no seio do feminismo (Berg, 2014; Comte, 2014; Schotten, 2005; Snyder, 2008).

Além disso, esta nova perspetiva feminista foi também marcada pelo surgimento em peso do movimento feminista negro, que embora já estivesse em marcha desde a segunda vaga, com diversas contribuições para o ativismo feminista, só nesta terceira ganhou maior visibilidade e reconhecimento por parte do movimento feminista geral. Este movimento surgiu em resposta à exclusão, por parte do movimento *mainstream*, das mulheres negras e das especificidades das suas necessidades, uma vez que o feminismo *mainstream* era dominado por mulheres brancas, que desconheciam, ou ignoravam, as opressões específicas que as mulheres negras vivenciavam, e que as colocavam numa situação de menor privilégio em relação às mulheres brancas. Por esta razão, as reivindicações da luta feminista, até aí, focavam-se maioritariamente nas experiências destas mulheres, brancas, de classe média/alta, e na exigência, por parte das mesmas, de equidade relativamente aos homens, sem, contudo, reconhecerem o seu próprio papel na perpetuação dos sistemas de opressão, nomeadamente a opressão racista (Brewer & Dundes, 2018; Cor & Chan, 2017; hooks, 1981, 2000b; Rodrigues et al., 2018).

Se por um lado as feministas negras eram postas de parte pelas feministas brancas, também na luta antirracista estas eram excluídas pelos homens negros, que ignoravam as opressões a que as mulheres desta comunidade estavam sujeitas (nomeadamente o sexismo por parte desses mesmos homens), levando a que estas estivessem constantemente sujeitas a múltiplas formas de discriminação e marginalização (Brewer & Dundes, 2018; hooks, 1981; Rodrigues et al., 2018; Yuval-Davis, 2006).

Precisamente pelas vivências das mulheres negras se diferenciarem quer das vivências das mulheres brancas, quer das vivências dos homens negros, pelo facto de haver uma interseção entre a vivência de ser simultaneamente mulher e negra, gerou-se a necessidade de criar um novo conceito: a interseccionalidade. Este termo, cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, reconceptualiza a raça, a classe e o género como sistemas interligados, que não operam apenas por si próprios, mas que são frequentemente vivenciados em conjunto pelos indivíduos que existem nas suas interseções (Costanza-Chock, 2018; Crenshaw, 1989; Lamartine & Cerqueira, 2022).

Interligado com o conceito de interseccionalidade, o termo “matriz de dominação”, desenvolvido pela feminista negra Patricia Hill Collins, conceptualiza que cada indivíduo recebe simultaneamente penalizações e privilégios, com base na sua localização nos sistemas de opressão interligados, que se sobrepõem e estruturam a experiência individual. Isto inclui, na sua visão, todo e qualquer sistema de opressão que molda a vida das pessoas (Collins, 2022).

Com a luta do feminismo negro, e com o reconhecimento da interseccionalidade, foi possível começar a questionar também outras interseções opressoras, nomeadamente ao nível dos sistemas de classe, orientação sexual, entre outras, as quais também tinham sido ignoradas nas vagas anteriores. Por exemplo, a pertença à comunidade LGBTQIAPN+ é um fator de vulnerabilidade no sistema opressor hétero-sexista e cissexista, mas que pode ser agravada pela pertença identitária a outros grupos também vulnerabilizados, como ser negro, mulher, etc. (Rodrigues et al., 2018). Assim, a interseccionalidade veio permitir questionar, através também da separação entre sexo e género, as formas hegemónicas e normativas de vivenciar o género e a sexualidade, abrindo portas para a luta da comunidade LGBTQIAPN+ (Cor & Chan, 2017).

Atualmente, embora não haja ainda um consenso total sobre se estamos ou não numa quarta vaga feminista, são várias as autoras que consideram que sim (Cochrane, 2013; Teixeira et al., 2021). Esta vaga surgiu por volta de 2012, e tem sido caracterizada principalmente pela utilização das redes sociais e dos meios digitais em geral, para uma potenciação do movimento, pelo que é, por vezes, referenciada como feminismo de hashtag ou ciberfeminismo (Cochrane, 2013; Lamartine & Cerqueira, 2022; Machado, 2018; Teixeira et al., 2021). Assim, o movimento feminista passou de uma mobilização unicamente presencial e de rua, para um hibridismo que combina essa metodologia tradicional com uma difusão num meio sem fronteiras, a qual tem vindo a permitir a sua disseminação de uma forma mais global, rápida e simples, assim como uma maior liberdade de expressão (Lamartine & Cerqueira, 2022; Machado, 2018). Contudo, este ativismo digital apresenta simultaneamente potencialidades e desafios.

Por um lado, a internet e as redes sociais têm criado, cada vez mais, um conjunto de possibilidades para novas formas de ativismo, assim como para ampliar o alcance do ativismo convencional, através, por exemplo, da criação de grupos, divulgação de convocatórias e apelos à ação, organização de ações, elaboração de agendas, promoção da autoexpressão, e disseminação da informação. Como tal, as redes sociais revelam-se uma ferramenta importante, não para substituir o ativismo presencial, mas sim para o auxiliar e complementar, expandindo as suas possibilidades de ação e alcance (Baer, 2016; Collins & Bilge, 2021; Sánchez-Duarte & Fernández-Romero, 2017). Além disso, as pessoas em posições de maior poder/privilégio

podem, através destes meios, conhecer e melhor compreender as experiências de pessoas diversas e menos privilegiadas (mulheres, negras, LGBTQIAPN+ ou que pertençam a outros grupos marginalizados), as quais passam a ter uma plataforma para a sua expressão e para confrontarem a hegemonia do feminismo mainstream. (Baer, 2016; Lamartine & Cerqueira, 2022; Willem & Tortajada, 2021).

Por outro lado, nas redes sociais coexistem todo um conjunto de narrativas quer feministas, quer antifeministas (inclusive utilizadas por forças de extrema-direita), assim como uma grande disseminação de desinformação e de discursos de ódio (Prado, 2022; Willem & Tortajada, 2021). Além disso, simplesmente falar sobre feminismo nos meios digitais, não chega para o ativismo feminista, pois nem sempre corresponde à sua tradução em ações concretas (Jackson, 2021).

Ainda assim, têm surgido inúmeros grupos e movimentos de hashtag, como por exemplo, a #Slutwalk, o #NiUnaaMenos (que deu origem à Greve Feminista), o #MeToo, o Movimento 8M, entre outros, que mobilizaram milhares de pessoas a nível mundial, inclusive em Portugal. Estes movimentos lutam pelas mais diversas causas feministas e contra inúmeras opressões, trazendo diversos lugares de fala para o questionamento dessas temáticas (Baer, 2016; Lamartine & Cerqueira, 2022).

Além da utilização dos espaços digitais, um dos grandes pilares desta quarta vaga feminista é a interseccionalidade (Cochrane, 2013; Teixeira et al., 2021). Na lógica deste conceito já explicado anteriormente, o que se pretende é que o ativismo feminista seja cada vez mais inclusivo a todas as pessoas, tendo em conta a sua multiplicidade de opressões, e agregando as mais diversas lutas numa causa comum pela igualdade aos mais variados níveis (Cochrane, 2013; Lamartine e Cerqueira, 2022; Tavares, 2022).

Todavia, verifica-se que, não só no passado, mas também no presente, têm persistido vários problemas com a aplicação da interseccionalidade no ativismo feminista. Ainda hoje, algumas feministas mais privilegiadas continuam a ignorar os problemas das restantes mulheres que não se enquadram no modelo feminino branco e de classe média/alta (Brewer & Dundes, 2018). Adicionalmente, ainda pouco se fala, por exemplo, dos dados de violência dirigida às pessoas negras pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e ainda menos sobre a violência sexual de que muitas lésbicas negras são constantemente alvo (Escobar e Baptista, 2016).

Também as pessoas trans continuam a ser, frequentemente, excluídas e invisibilizadas, não só no movimento feminista, mas também nas lutas LGBTQIAPN+. Esta sistemática exclusão das pessoas trans ao longo da história dos movimentos ativistas, levou, em 1990, ao aparecimento do feminismo trans nos EUA, assumindo-se como uma nova vertente do

feminismo, em resposta à necessidade de reconhecer as pessoas trans como merecedoras de um lugar na luta e na partilha das suas histórias pessoais. Este visa combater o cissexismo (que considera as identidades trans como menos legítimas do que as das pessoas cisgénero) e a opressão baseada na desigualdade de género e não de sexo. Em Portugal, o movimento político e científico feminista trans é ainda escasso, havendo apenas alguns trabalhos científicos produzidos e alguma ação política sobre o tema (Rodrigues et al., 2018; Santos, 2022). Além disso, tem-se assistido, mais recentemente, ao ressurgimento da vertente feminista radical trans-excludente (TERF), a qual recusa às mulheres trans o estatuto de mulheres (Santos, 2022; Willem & Tortajada, 2021).

Tendo em conta estes e outros exemplos, que demonstram a falta de uma consciência interseccional no movimento ativista, observa-se que falta ainda garantir uma maior representatividade, neste ativismo, de todo um conjunto de identidades, realçando-se a necessidade de incluir mais mulheres lésbicas, ciganas, trans, com diversidade funcional, e outros corpos de mulheres e de pessoas que desafiam o género para o cerne do diálogo, de forma a poder conceder-lhes o seu lugar de fala, ouvi-las e garantir que as suas lutas são atendidas (Lamartine & Cerqueira, 2022).

Para além da interseccionalidade, e da utilização do espaço digital, a autora Kira Cochrane (2013) destaca ainda duas outras grandes áreas basilares da quarta vaga: a utilização do humor, e a temática da cultura da violação. O humor é apontado como uma poderosa ferramenta para a disseminação das ideias/temáticas feministas de uma forma mais apelativa e menos formal/académica, permitindo chegar a um público mais abrangente, inclusive a quem não se interessa tanto por estas temáticas, mas que acaba por aprender sobre as mesmas ao contactar, por exemplo, com um vídeo ou espetáculo de comédia que as aborda. Além disso, esta tem sido também reconhecida como uma importante estratégia para atrair o público mais jovem para o movimento (Cochrane, 2013). Quanto à temática da cultura da violação, esta consiste na luta contra a violência sexual, e contra a cultura de culpabilização das vítimas da mesma e desresponsabilização dos agressores.

Além dos aspetos já referidos, o ativismo feminista desta quarta vaga tem sido pautado também por lutas diversas, como a reivindicação de remuneração igual por trabalho igual, o combate à ascensão da extrema-direita, a luta contra a violência de género, entre outras que emergem do conhecimento situado, como a preponderância da violência doméstica em Portugal (Collins & Bilge, 2021; Lamartine & Cerqueira, 2022; Teixeira et al., 2021). Também a justiça reprodutiva tem tido grande destaque na atualidade, realçando uma visão interseccional sobre a forma como a pertença a diferentes categorias identitárias ainda influencia, por exemplo, o

poder de decisão em questões parentais, e o acesso a cuidados reprodutivos e a produtos menstruais. Esta luta engloba ainda a liberdade sexual, a autonomia corporal, e o direito ao aborto (hooks, 2000a, Ross, 2017). Sublinha-se que, numa perspetiva interseccional, estas reivindicações não são referentes apenas a mulheres cisgénero, mas também aos homens trans, mulheres trans e indivíduos que não se identificam com a divisão binária de género (Ross, 2017).

Tendo em conta esta lógica interseccional, o ativismo feminista tem passado também pela sua extensão não só a todas as mulheres, mas a todas as pessoas, independentemente da sua identificação de género. Nomeadamente, salienta-se a importância da inclusão dos homens no movimento, e da luta pela desconstrução das normas de género e das masculinidades, definidas por um sistema patriarcal rígido e opressor para todos os sujeitos (Connell & Messerschmidt, 2005; hooks 2000a, 2004; Teixeira et al., 2021).

Como demonstrado, apesar das inúmeras conquistas do feminismo ao longo da sua história, há ainda muito a fazer no âmbito do ativismo feminista interseccional, não só ao nível das diversas lutas em constante mudança, mas também dentro do próprio movimento, especialmente no que diz respeito a uma maior inclusão de pessoas diversas. Por esse motivo, demonstra-se que as lutas feministas interseccionais estão ainda longe de deixarem de ser necessárias, destacando-se a necessidade da sua constante adaptação à sociedade em contínua e permanente transformação (Collins & Bilge, 2021; hooks, 2000a, 2000b; Lamartine & Cerqueira, 2022; Littler & Rottenberg, 2021; Tavares, 2008, 2022).

Método

Objetivos/Questões de Investigação

A presente investigação tem como principal objetivo explorar e compreender as perspetivas de diversas pessoas ativistas feministas interseccionais acerca do ativismo feminista interseccional, assim como dos seus desafios, lutas e formas de atuação, da sua transformação ao longo do tempo, e das atuais disputas que coexistem dentro do mesmo, especialmente em Portugal. Neste sentido, foram desenvolvidas três questões de investigação, que serviram de base para a orientação do estudo em questão, sendo estas: (1) Numa perspetiva interseccional, quais são os atuais desafios, lutas e formas de atuação do ativismo feminista?; (2) De que forma se relacionam estas lutas mais recentes com a história do ativismo feminista e os seus desafios

enfrentados ao longo das suas várias vagas?; (3) Que disputas existem atualmente dentro do próprio movimento feminista?.

Participantes

Neste estudo, participaram um total de 14 pessoas, de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 24 e os 72 anos ($M= 40.2$; $DP=13.3$). Do total de pessoas participantes, doze autoidentificaram-se como mulheres cisgénero, uma como trans não binária, e uma como não-binária não-cis. No que diz respeito à orientação sexual, cinco pessoas autoidentificaram-se como heterossexuais, uma como lésbica, três como bissexuais, uma como pansexual, uma como bissexual/pansexual, uma como “até agora, heterossexual”, uma “sem definição precisa, mas predominantemente dirigida a pessoas não-heteronormativas e não-homonormativas”, e uma como “no momento, sem identificação”. Oito pessoas identificaram-se como não se considerando racializadas, uma pessoa como sendo caucasiana, três pessoas como não se considerando racializadas, mas apresentando uma “raça”/etnia caucasiana, e uma pessoa como sendo “socialmente racializada como pessoa branca”. Relativamente às habilitações literárias, quatro participantes concluíram uma licenciatura, oito mestrado, e duas pessoas o doutoramento, em áreas diversas.

No momento da entrevista, nove das pessoas participantes pertenciam a um ou mais coletivos/associações ativistas, sendo que as restantes cinco já participaram em coletivos/associações no passado. Quanto à natureza dos coletivos/associações de pertença (presente ou passada), foram indicadas entidades com propósitos diversos, desde coletivos/associações feministas, antirracistas, LGBTQIA+, pelos direitos de pessoas trans e não-binárias, pelo trabalho/direitos das pessoas trabalhadoras, de mobilização e apoio a causas diversas, de defesa de direitos humanos, animais e ambientais, e de apoio a migrantes/pessoas refugiadas. Além disso, relativamente a considerarem-se ativistas digitais, três participantes responderam que sim, sete que não, uma pessoa respondeu “mais ou menos”, duas pessoas indicaram que não atualmente, mas que sim no passado, e uma não respondeu à pergunta. Por fim, em resposta à pergunta “O(s) seu(s) coletivo(s) (atual/atuais ou passado(s)) utiliza/utilizam redes sociais ou outras plataformas digitais para divulgar o seu trabalho, ações e informação?”, todas as pessoas participantes indicaram que sim.

Instrumento

Tendo por base uma perspetiva construcionista social, e atendendo aos objetivos do estudo, optou-se por uma metodologia de investigação qualitativa, a qual possibilita uma compreensão mais aprofundada das perspetivas, discursos, experiências e contextos, além de

permitir a recolha de relatos ricos e detalhados das pessoas participantes, o que não é possível a partir de outras metodologias (Braun & Clarke, 2013).

Assim, para a recolha qualitativa dos dados do presente estudo, foi selecionado como instrumento o grupo focal. Este instrumento permite a recolha de dados a partir de várias pessoas em simultâneo, o que possibilita a interação e discussão entre essas várias pessoas sobre as questões colocadas e sobre os tópicos que emergem da conversa. Desta forma, não só é possível registar essas interações e os pontos de concordância e discordância acerca dos tópicos discutidos, como também recolher as conclusões do grupo, resultantes dessa interação e partilha de perspetivas. Conseguem-se, assim, aceder, geralmente, a conclusões mais naturais, realistas, elaboradas e detalhadas, sobre os temas em estudo, o que justifica a riqueza e vantagens da utilização deste método de recolha de dados (Braun & Clarke, 2013).

Por fim, para a orientação dos grupos focais, foi elaborado um guião de entrevista (ver Anexo A), cuja construção foi desenvolvida tendo em conta os objetivos do estudo, e tendo por base uma pesquisa e reflexão aprofundadas sobre a informação presente na literatura científica relativamente à temática em questão. Para além do guião, foram ainda desenvolvidas uma Ficha Sociodemográfica (Ver Anexo B), e uma Declaração de Consentimento Informado (ver Anexo C).

Procedimento de Recolha de Dados

O processo de recolha de dados iniciou-se com a divulgação do estudo, com recurso a uma imagem de divulgação (ver Anexo D), acompanhada de um texto explicativo, no qual se incluía a informação do email/perfil de contacto para participação no estudo. A divulgação foi realizada através das redes sociais Facebook e Instagram, onde foram feitas publicações, e enviadas mensagens para diversas associações e coletivos ativistas, assim como através do envio de emails para várias dessas associações e coletivos. Adicionalmente, foi também feito o contacto direto com diversas pessoas que poderiam ser potenciais participantes, quer através das redes sociais e email, quer por contacto pessoal, assim como a divulgação em grupos do WhatsApp. Esta recolha de participantes apresentou algumas dificuldades, uma vez que, de um total de vinte e nove associações/coletivos ativistas contactados, apenas se obteve a resposta de quatro, pelo que a maioria das pessoas participantes acabaram por resultar de contactos individuais ou de grupos do WhatsApp.

Após a divulgação e contacto com as pessoas que se disponibilizaram para participar no estudo, foi feita a recolha de disponibilidades para a constituição dos grupos focais, e posteriormente a constituição dos mesmos e marcação das datas para a sua realização. Nesta fase, destacam-se os constrangimentos na constituição dos grupos focais e na marcação dos

mesmos, devidos a uma grande disparidade nas disponibilidades individuais, o que dificultou largamente a sua conciliação para constituir os grupos. Ainda antes da realização dos grupos focais, foi enviado para todas as pessoas participantes, através do email, a Declaração de Consentimento Informado, e a Ficha Sociodemográfica, objetivando o seu preenchimento e assinatura prévios à participação nos grupos focais. É de frisar que os dados sociodemográficos foram recolhidos apenas através da Ficha Sociodemográfica, de forma a garantir a confidencialidade dos mesmos.

Por fim, foram realizados um total de quatro grupos focais, em formato online, através da plataforma *Zoom*, de forma a minimizar os possíveis constrangimentos geográficos e horários. Todos os grupos focais foram gravados para posterior transcrição, conforme autorizado por todas as pessoas participantes.

Salienta-se ainda que o presente estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (ver Anexo E).

Pressupostos da Análise de Dados

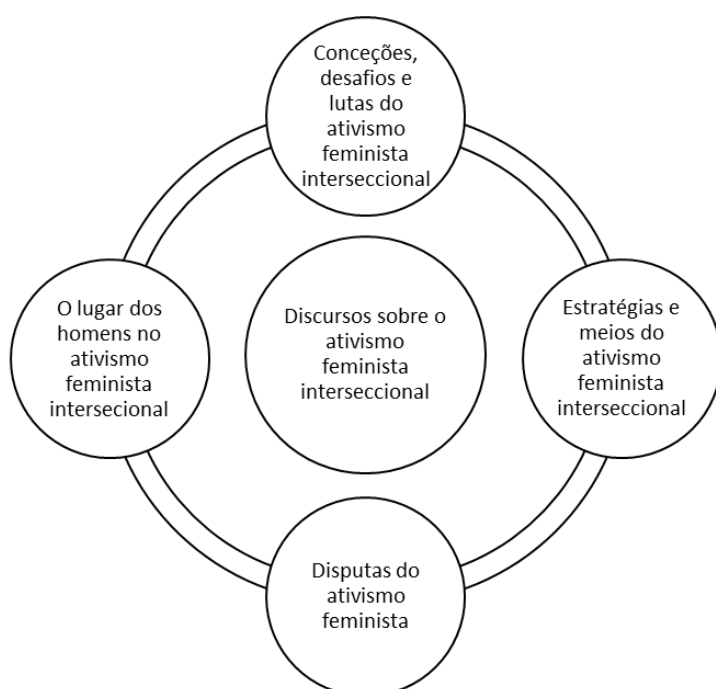
O método utilizado para a análise dos dados recolhidos foi a análise temática reflexiva, segundo a abordagem proposta por Braun e Clarke (2022). Esta permite identificar e analisar padrões dos dados recolhidos, através de um processo ativo de reflexão e construção de interpretações sobre os mesmos. Como tal, para a análise, seguiu-se as seis fases propostas pelas autoras. O primeiro passo consistiu, assim, na Familiarização com os dados, através da transcrição do conteúdo dos grupos focais, e da sua leitura e releitura. Em segundo lugar, procedeu-se à Produção dos códigos iniciais, ou seja, à codificação de dados identificados como relevantes para a temática em estudo. Na terceira fase, Pesquisa de temas, foram examinados todos os códigos obtidos na fase anterior, de forma a começar a agrupá-los em categorias mais abrangentes. A quarta etapa consistiu na Revisão dos temas, na qual se analisou os temas construídos e a sua coerência na agregação dos códigos e subtemas neles incluídos. Em quinto lugar, procedeu-se à Definição e nomeação dos temas, passo que envolveu uma análise detalhada de cada tema para definir a sua designação e obter uma descrição clara de cada um. Por fim, na última fase, Redação do relatório, os resultados da análise foram organizados e colocados em formato escrito, utilizando excertos dos grupos focais ilustrativos dos dados apresentados, e articulando-os com a literatura existente sobre cada temática.

Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos resultados obtidos deu origem à construção de quatro temas (i) Conceções, desafios e lutas do ativismo feminista interseccional; (ii) Estratégias e meios do ativismo feminista interseccional; (iii) Disputas do ativismo feminista; e (iv) O lugar dos homens no ativismo feminista interseccional. As relações entre estes temas estabelecem-se através de um organizador central, denominado “Discursos sobre o ativismo feminista interseccional”, tal como ilustrado na Figura 1.

Figura 1

Mapa Temático da Análise



Conceções, Desafios e Lutas do Ativismo Feminista Interseccional

O primeiro tema, “Conceções, desafios e lutas do ativismo feminista interseccional”, abrange as perspetivas apresentadas pelas pessoas participantes sobre o que entendem ser o ativismo feminista interseccional, assim como aquelas que identificam como sendo as principais lutas/reivindicações e desafios deste movimento. Neste tema, incluem-se os códigos “Conceções sobre o feminismo interseccional”, “Lutas atuais e emergentes”, e o subtema “Desafios”, como ilustrado no mapa do tema (ver Anexo G).

Conceções Sobre o Feminismo Interseccional *¹

¹ Os asteriscos (*) apresentados em alguns códigos indicam que é possível consultar mais excertos exemplificativos dos mesmos no Anexo F.

No código “Conceções sobre o feminismo interseccional”, apresentam-se as várias definições indicadas ao longo dos grupos focais sobre o feminismo interseccional, enquanto posicionamento que viabiliza a articulação de várias lutas, camadas de opressão e identidades, tendo em conta as particularidades e pertenças identitárias de cada pessoa:

“(...)feminismo interseccional será aquele feminismo que tenta articular várias camadas de opressão(...)” (P3)

“(...)é não só nos preocuparmos com as nossas reivindicações enquanto mulheres, mas enquanto uma data de gente à nossa volta com a qual nos relacionamos, tem múltiplas discriminações(...)” (P6)

“(...)capacidade de agregar lutas e de colocá-las, talvez, na mesma agenda política.” (P12)

Várias pessoas indicam ainda a interseccionalidade como um dos pilares centrais do feminismo atual, e como a única forma possível de pensar e exercer o feminismo:

“Para mim não há feminismo sem ser interseccional, acho que é fundamental que assim seja, se não, não será um feminismo abrangente, não será um feminismo que tem em conta as múltiplas opressões a que as pessoas estão sujeitas(...)” (P1)

“(...)atualmente entendo como sendo a interseccionalidade o que está em grande plano(...)” (P8)

Estas conceções sobre o feminismo interseccional são concordantes com a sua definição enquanto um movimento que pretende visibilizar as mais variadas formas de opressão e incluir todas as pessoas na sua busca pela igualdade a todos os níveis (Cochrane, 2013; Collins, 2022; Teixeira et al., 2021; Yuval-Davis, 2006). Além disso, a interseccionalidade tem sido apontada como uma das principais características do movimento feminista atual, sendo que, para muitas autoras/es, já não é possível, numa luta pela igualdade, ignorar as diversas camadas de opressão/privilégio a que cada pessoa está sujeita (Cochrane, 2013; Collins, 2022; Crenshaw, 1991; hooks, 2000a, 2000b; Teixeira et al., 2021).

Lutas Atuais e Emergentes*

No código “Lutas atuais e emergentes do feminismo interseccional”, incluem-se as diversas lutas e reivindicações mencionadas ao longo dos grupos focais como se cruzando com a luta pela igualdade de género, desde as mais antigas às mais recentes. Como base para o feminismo interseccional são apresentadas como lutas principais a igualdade de género/luta contra o patriarcado, o racismo/colonialismo e o classismo/capitalismo:

“Eu gosto de pensar nesta estrutura do capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, que estão sempre aqui interligados(...)” “(...)o feminismo negro tem muito para nos

ensinar ainda, e nós, enquanto portugueses, que achamos que não existe racismo em Portugal, continuamos a ignorar e a varrer para debaixo do tapete muitas coisas ligadas ao colonialismo que fazem parte da nossa história.” (P9)

De facto, o género, a classe e a raça foram os pilares centrais do início de um feminismo interseccional, trazendo para a discussão estas categorias de opressão que se interseccionam entre si para formar uma experiência única de discriminação (Collins, 2022; Crenshaw, 1989; hooks, 2000b). Desde esta conceção inicial da interseccionalidade têm-se, contudo, incluído cada vez mais categorias de opressão nesta luta feminista, exploradas de seguida. Relativamente ao racismo no contexto português, mais especificamente, esta é de facto uma problemática ainda bastante atual, pelo que não deverá ser subestimada no ativismo interseccional (Escobar & Baptista, 2016).

Destaca-se, nos discursos, também a luta LGBTQIAPN+ (incluindo o transfeminismo), como altamente interligada com o feminismo, não só na atualidade, mas também ao longo da história do movimento:

“Há um compromisso muito grande entre os feministas interseccionais e até os processos de construção das Marchas do Orgulho. (...)a aliança entre as mulheres e a comunidade LGBT é forte(...)” (P3)

“(...)incluir as mulheres trans nas lutas, (...) ter essa abordagem do transfeminismo cada vez mais presente(...)” (P12)

Esta referência à luta LGBTQIAPN+ como intrinsecamente ligada ao feminismo interseccional é concordante com os princípios da interseccionalidade, a qual abriu caminho para o questionamento das várias formas de opressão, nomeadamente das normas sociais de vivência do género e da sexualidade, integrando no feminismo a comunidade LGBTQIAPN+ e as suas lutas (Cor & Chan, 2017). Também o transfeminismo, que surgiu em resposta à segregação de mulheres trans das lutas feministas não interseccionais (da Silva, 2022), tem vindo a ganhar cada vez mais terreno no ativismo feminista, visando combater o cissexismo e a desigualdade de género (assumindo a separação entre género e sexo) (Rodrigues et al., 2018; Santos, 2022).

A idade e a diversidade funcional foram também indicadas como questões essenciais para um movimento cada vez mais interseccional, que têm também vindo a integrar o movimento, ainda que com menos expressão:

“(...)eu posso falar de capacidade, de corpos divergentes, de divergência seja cognitiva, seja motora, etc.(...)” (P3)

“(...)a questão da idade, e de que, enfim, ser mulher velha não é igual a ser uma mulher jovem, tem outros desafios e, portanto, tem havido também algum movimento de mulheres mais velhas que têm vindo a colocar a sua voz nesta experiência(...)” (P5)

Efetivamente, as questões relacionadas com a idade/envelhecimento são ainda sub-representadas dentro do feminismo, algo que se deve alterar, uma vez que o envelhecimento numa sociedade patriarcal, e opressora a vários níveis, implica diversas especificidades/vivências que devem ser tidas em conta numa luta interseccional contra a opressão de género (Debert, 2013; Haring, 2023). Em Portugal, são claras as consequências deste sistema patriarcal na qualidade de vida e saúde das mulheres idosas (Daniel et al., 2019; Santos et al., 2022), sendo estas consideradas “um grupo particularmente vulnerável” (Santos et al., 2022). O mesmo se aplica à experiência de ser mulher com diversidade funcional, pois esta acrescenta desafios que agravam a sua opressão em múltiplos contextos, pelo que estes não devem ser descurados numa luta interseccional (Collins & Bilge, 2021; Ripollés, 2008).

Salienta-se ainda a menção à luta contra a violência sexual e a cultura da violação, referida como transversal às várias vagas feministas, mas com maior expressão na atualidade, devido ao surgimento de movimentos como o *Me Too* e a *Slut Walk*, que tiveram um grande impacto na luta feminista, visibilizando de forma massiva as problemáticas da cultura da violação e da culpabilização das vítimas de assédio/agressão sexual, e mobilizando uma grande quantidade de pessoas para esta luta a nível internacional (Baer, 2016; Cochrane, 2013; Littler & Rottenberg, 2021). Foi também sublinhada a questão do controlo dos corpos das mulheres, que tem vindo a ganhar novamente maior relevância no contexto presente, com os atuais retrocessos relativamente ao direito ao aborto. De facto, o direito ao aborto e à justiça reprodutiva em geral, continuam a ser uma preocupação do movimento feminista, principalmente face à reversibilidade das decisões e leis sobre esta matéria (Collins & Bilge, 2021; hooks, 2000a; Ross, 2017). Estas preocupações são ilustradas nos seguintes excertos:

“Eu acho que a cultura da violação, apesar de a Slut Walk ter acordado um movimento há muito tempo adormecido, é algo transversal a todos os feminismos, porque sempre foi autonomia corporal e, portanto, autonomia sexual, que foi reivindicada ao longo dos tempos(...).” (P7)

“(...)a perda de direitos, por exemplo, relativamente ao aborto, acho que demonstra muito sobre o que é a autodeterminação dos corpos no geral.” (P10)

Por fim, como principais lutas emergentes foram salientadas o acesso à habitação em Portugal, e a ecologia e ecofeminismo:

“Tens o caso agora gritante da habitação, o direito à habitação para todos é um direito constitucional, (...) no entanto, (...) o estado não garante habitação a ninguém, e (...) as rendas são astronómicas(...)” (P3)

“(...)a luta feminista se articula com aquela que eu acho que é, neste momento, talvez a luta mais premente, que é a questão da ecologia (...)” (P3)

Relativamente ao direito à habitação, esta problemática é cada vez mais proeminente no atual contexto português, pelo que, numa lógica interseccional, se sublinha a importância da sua inclusão nas lutas feministas, visto ser uma preocupação emergente do conhecimento situado e contextual, que não deve ser descartado (Lamartine & Cerqueira, 2022). De forma semelhante, também o ecofeminismo surge como resposta às preocupações do contexto atual, baseando-se no conceito de género para analisar as relações humanas com o mundo natural, e advogando por uma política “verde” (Teixeira et al., 2021). Políticas interseccionais que tenham em conta as questões ligadas à ecologia serão cada vez mais essenciais para uma adaptação ao mundo atual e às suas problemáticas ambientais (Collins & Bilge, 2021).

Desafios

Dentro do subtema “Desafios”, que representa os vários desafios identificados do ativismo feminista interseccional, foram construídos seis códigos: “Nenhum desafio está superado, nada é garantido”, “Baixa acessibilidade do ativismo feminista a todas as pessoas”, “Exercer o ativismo de um lugar de privilégio”, “Falta de recursos e muitas lutas para poucas pessoas”, “Falta de interseccionalidade na prática”, e “Adaptação às novas opressões e lutas”.

No que diz respeito ao código “Nenhum desafio está superado, nada é garantido”, embora ao longo dos grupos focais as pessoas participantes tenham referido que conseguem identificar algumas conquistas importantes do movimento feminista ao longo do tempo, todas concordaram e reforçaram que nenhuma conquista ou direito é garantido, sublinhando a importância de uma luta contínua e permanente, visto que todos os direitos conquistados apresentam um carácter reversível:

“(...)eu acho que na verdade, nenhum direito é dado como garantido nunca, nenhuma conquista de hoje não pode ser revertida amanhã, (...)a liberdade é uma coisa que tem que ser conquistada todos os dias, (...) temos que nos manter sempre vigilantes (...). Ao longo destes anos, efetivamente muitas coisas foram conquistadas, mas nada é garantido, (...) a luta é uma coisa constante.” (P3)

“(...)nomeadamente a questão do aborto, quando achávamos que estava garantido, de repente começam a surgir... em determinados pontos, ao nível mundial, esses

retrocessos ou tentativas de retrocesso, por isso eu não acho que há nada garantido e ultrapassado.” (P10)

Adicionalmente, todos os grupos focais enfatizaram o crescimento da extrema direita e dos movimentos opostos ao feminismo interseccional como um dos principais desafios do movimento atual, os quais têm levado a retrocessos, reforçando a já referida necessidade de dar continuidade à luta, nunca assumindo que existem direitos garantidos:

“Neste momento nós já temos de lidar, já nem é com a ascensão da extrema direita, já é com a consolidação da extrema direita, que neste momento está no parlamento, e que nos está (...) a tentar retirar os direitos que tínhamos, e portanto esta é uma luta constante(...)” (P3)

“As principais lutas (...) são a união de forças para o combate à extrema-direita que se ergue em Portugal (...) e em todo o mundo um bocado.” (P7)

De facto, recentemente, tem-se observado um veloz crescimento das forças de extrema direita um pouco por todo o mundo, não sendo Portugal exceção, acompanhado de um crescente discurso opressor aos mais variados níveis, e de ameaças aos direitos que tinham já sido conquistados, como é o caso do direito ao aborto. Como tal, destaca-se a contínua e infundável relevância do ativismo feminista interseccional, e a importância de nunca assumir nada como garantido ou superado (Collins & Bilge, 2021; hooks, 2000a, 2000b; Littler & Rottenberg, 2021; Tavares, 2022).

No que concerne ao código “Baixa acessibilidade do ativismo feminista a todas as pessoas”*, ressalta-se o relevo conferido ao facto de o ativismo feminista ser ainda pouco acessível às pessoas menos privilegiadas, por exemplo a quem se encontra fora dos centros urbanos. Além disso, os discursos utilizados são ainda pouco inteligíveis para as pessoas menos familiarizadas com estas temáticas, o que também contribui para a baixa acessibilidade. Por estes motivos, várias pessoas não têm ainda oportunidade de participar no ativismo:

“(...)infelizmente o feminismo era uma luta que acontecia muito (...) nos grandes centros urbanos, e as questões da discussão do que é o feminismo, destas consciências da opressão de género, não chegavam à periferia.” (P3)

“(...)as barreiras para as pessoas que não estão em situação de privilégio para poderem estar connosco são reais(...)” (P10)

“quem é que tem desde logo condições estruturais, e de capital educativo, social, e de inteligibilidade, para chegar e se envolver naquilo que pode não ter inteligibilidade nenhuma, enquanto discurso e prática, para uma série de sujeitos e comunidades (...)” (P2)

Estes problemas são corroborados pela literatura existente sobre a temática, que destaca a necessidade de contornar estes obstáculos, e de utilizar discursos mais compreensíveis por toda a gente, de forma a conseguir incluir as pessoas que ainda são deixadas de parte (hooks, 2000b; Lamartine & Cerqueira, 2022; Littler & Rottenberg, 2021).

Outro desafio do ativismo feminista interseccional manifestado nos grupos focais, transmitido no código “Exercer o ativismo de um lugar de privilégio”, diz respeito à participação no ativismo feminista interseccional enquanto pessoas privilegiadas, e ainda maioritariamente homogéneas nas suas categorias de pertença. Isto revela-se um desafio na medida em que, não só exige uma constante autorreflexão sobre os próprios privilégios e as próprias pertenças a sistemas opressores, mas também complica a luta por realidades diferentes das suas, e com as quais não estão tão familiarizadas ou em posição de tomar o lugar de fala:

“(...)outro dos grandes desafios, é o reconhecimento permanente de privilégios, combinados com opressões, que todas e todos teremos (...), é muito necessário.” (P2)

“Nós estamos no ativismo, mas também somos pessoas com (...) muitos privilégios, não é? E, muitas vezes, é o conseguirmos estarmos a trabalhar questões de opressão e também não nos esquecermos dos nossos próprios privilégios. (...) Mas também sinto o desafio de pensar questões das quais nós não temos grande proximidade. (...) E um dos desafios é nós trazermos estas questões sem, também, pressionarmos as pessoas, porque nós não podemos obrigar as pessoas que estão em situação de opressão a ensinar-nos coisas. Nós temos de ter essa proatividade e de buscar a informação(...)” (P9)

Por isso mesmo, destacam a importância de procurar manterem-se informadas sobre as mais diversas realidades, e de assumirem uma posição de constante autocrítica e reconhecimento dos seus privilégios, das suas perspetivas potencialmente enviesadas por esses privilégios, e da sua própria eventual contribuição para a perpetuação dos sistemas opressores. Esta postura é realçada por diversas autoras e ativistas feministas como essencial numa ótica interseccional, de forma a criar espaço para que as pessoas dos diversos grupos marginalizados possam ter um lugar de fala no ativismo e partilhar as suas próprias perspetivas e vivências (Cochrane, 2013; Collins, 2022; Crenshaw, 1991; hooks, 2000a, 2000b; Lorde, 1984; Machado, 2018).

Adicionalmente, o código “Falta de recursos e muitas lutas para poucas pessoas” foi criado a partir da prevalente discussão sobre o facto de, ao se investir numa luta interseccional e cada vez mais inclusiva, se ter que lidar com o aumento da quantidade de lutas a travar e de trabalho ativista a realizar, o que tem gerado um crescente cansaço e assoberbamento das

peças que se encontram no ativismo, uma vez que consideram ser poucas para todo o trabalho necessário. Sublinham ainda não só a falta de recursos humanos, mas também financeiros, assim como a falta de reconhecimento do ativismo enquanto trabalho, o que agrava este cansaço e dificuldades em lidar com uma agenda ativista cada vez mais complexa:

“É a questão de estarmos em todas as frentes porque, realmente, somos poucas pessoas a travar muitas lutas. (...)algumas das nossas fragilidades é a falta de recursos, tanto financeiros como humanos, e acaba por sobrecarregar as pessoas que estão sempre nas mesmas lutas (...) muitas vezes o ativismo assenta exatamente em voluntariado (...) e depende da boa vontade das pessoas(...)E não deveria ser assim, as pessoas deviam ser reconhecidas e deviam ter também o devido investimento para poder fazer um bom trabalho(...)” (P9)

“(...)eu tenho-me apercebido desse cansaço, desse asoberbamento de lutas em que é preciso estar(...), para tão poucas, torna-se demasiado exigente(...)” (P10)

Este contínuo aumento de lutas e desafios que se colocam ao feminismo interseccional tem, indubitavelmente, vindo a complexificar a agenda ativista, tornando-a cada vez mais exigente para quem está no ativismo (Tavares, 2008). Além disso, o Estado português ainda pouco investe em políticas feministas interseccionais (Monteiro, 2011), embora faltem dados mais concretos sobre isso, pelo que se revela necessário aumentar esse investimento em mais recursos e meios que potenciem o trabalho ativista.

Relativamente ao código “Falta de interseccionalidade na prática”*, embora reconheçam o esforço crescente que tem havido para tornar o ativismo feminista cada vez mais interseccional e inclusivo, em todos os grupos focais os sujeitos participantes salientaram a existência de uma discrepância entre a aplicação da interseccionalidade na teoria e na prática. Isto é, embora considerem que haja uma preocupação na teoria em tornar este movimento mais interseccional, e sintam que este é um tema mais abordado nos discursos e ideias ativistas, observam que, na prática, há ainda uma grande dificuldade em aplicar realmente a interseccionalidade e executar políticas e ações verdadeiramente interseccionais dentro do ativismo:

“(...) eu não vi ainda nenhuma associação (...) que fizesse de facto um trabalho que se possa apelar de interseccional.” (P8)

“(...)penso que em Portugal não há verdadeiramente um feminismo interseccional.” (P6)

“(...)pelo menos, sim, nos discursos eu acredito que sim, está mais incluído [a interseccionalidade]. Agora falta (...) nas nossas práticas e na agenda política(...)” (P12)

Apesar da crescente preocupação em incluir a interseccionalidade nos discursos e ideias, continua efetivamente a faltar uma aplicação mais concreta da mesma no movimento feminista, sendo, por isso, necessário melhorar a inclusão, representatividade e articulação de pessoas e lutas diversas no seio deste movimento (Cochrane, 2013; Lamartine & Cerqueira, 2022).

Por fim, o código “Adaptação às novas opressões e lutas” traduz uma outra dificuldade do ativismo feminista interseccional identificada: a complexidade de adaptação a este mesmo ativismo. Por um lado, assume-se como necessária, numa lógica interseccional, uma constante reflexão e capacidade crítica do próprio movimento e das suas conceções, assim como a sua contínua reconfiguração e adaptação face à identificação de novas lutas, opressões e necessidades, o que é concordante com as perspetivas ativistas apresentadas na literatura (hooks, 2000a, 2000b; Nogueira, 2017; Tavares, 2008). Porém, isto constitui ainda uma dificuldade, uma vez que, dentro do próprio movimento, se encontra ainda uma resistência de diversas pessoas mais conservadoras a esta necessária mudança, que se recusam a realizar esse trabalho de reflexão, autocrítica e remodelação dos posicionamentos e formas de atuação, e que, por esse motivo, retardam os avanços da interseccionalidade, tal como salientado por hooks (2000b):

“(...)a sociedade tem evoluído de formas bastante complexas e julgo que é muito importante atualizar o feminismo interseccional, tendo em conta as várias opressões que existem e as novas formas de opressão, (...) e ter em conta (...) a evolução das formas de luta.” (P1)

“(...)ainda há alguma resistência àquilo que é novo (...) uma inovação de prisma dentro do ativismo é sempre uma coisa difícil de fazer, é altamente desejada, mas encontra também muitos, desculpem o termo, gente velha do restelo, que não quer abdicar de posicionamentos(...)” (P2)

Estratégias e Meios do Ativismo Feminista Interseccional

O segundo tema, denominado “Estratégias e meios do ativismo feminista interseccional”, agrega as diversas estratégias/ferramentas e meios utilizados por este ativismo na sua atuação, e comporta dois subtemas: “Estratégias a implementar ou reforçar”, e “Meios digitais”, como é possível ver no mapa do tema (ver Anexo H).

Estratégias a Implementar ou Reforçar

Este subtema apresenta cinco códigos distintos: “Melhorar a acessibilidade e o alcance comunitário”, “Ferramentas artísticas e culturais”, “Humor”, “Investir na educação”, e “Encontrar objetivos comuns e estabelecer redes e alianças”, os quais traduzem as estratégias identificadas como sendo necessárias implementar ou reforçar.

O código “Melhorar a acessibilidade e o alcance comunitário”* traduz a necessidade realçada de criar um movimento feminista interseccional mais acessível, que inclua todas as pessoas e que se adapte às suas necessidades e aos seus obstáculos ao acesso ao mesmo, necessidade também salientada por Lamartine e Cerqueira (2022) e Tavares (2022):

“(...)acho que as reivindicações devem ser no sentido de (...)conseguir incluir cada vez mais pessoas, sejam quais forem as opressões que sofram, (...) no movimento feminista(...)” (P1)

Uma das estratégias mais mencionadas para garantir esta maior acessibilidade e inclusividade foi a intervenção comunitária, sublinhando a importância de ir às comunidades, nomeadamente aquelas mais fora dos centros urbanos, e perceber as vivências e peculiaridades das pessoas incluídas nas mesmas, dando-lhes voz e espaço para contribuírem com os seus conhecimentos. Autoras e ativistas feministas interseccionais como bell hooks (2000a, 2000b), corroboram esta importância, sublinhando ainda a necessidade de adaptar as ações e estratégias a essas mesmas pessoas e às suas especificidades (hooks, 2000a, 2000b; Lamartine e Cerqueira, 2022; Machado, 2018). Isto é referido como algo que já tem sido implementado através de algumas iniciativas, mas que ainda é muito pontual, salientando-se a necessidade de o fazer de forma mais consistente e alargada:

“(...)uma das coisas que é importante e que falta aos feminismos, que é levar a discussão onde ela não existe, e (...) descentralizar(...)” (P3)

“(...)perceber as dinâmicas que já existem em algumas comunidades que estão um bocadinho mais excluídas.(...) Tentar também perceber as rotinas e participar nelas. Porque muitas vezes já há muitas ações que são feitas em horários que são péssimos para algumas mulheres, nomeadamente mulheres que têm filhos, que têm horários de trabalho que não sejam das nove às cinco, (...) há muita coisa que impede as mulheres de participar (...). Falta nós percebermos como são as vidas das pessoas, para percebermos como é que as podemos incluir nos nossos coletivos, nas nossas lutas.” (P12)

“(...)falta um trabalho mais consistente de intervenção comunitária(...)” (P5)

Já no código, “Ferramentas artísticas e culturais”*, importa destacar a relevância dada em todos os grupos focais às artes e cultura como umas das principais estratégias que poderão

ser úteis para apresentar o feminismo interseccional de uma forma mais acessível e menos académica a populações menos familiarizadas com o mesmo. É inclusive referido que esta tem sido uma estratégia já implementada por algumas associações feministas, por exemplo através da realização de teatros/encenações exemplificativas das temáticas do feminismo interseccional junto de comunidades mais afastadas dos centros urbanos, mas que ainda se resume a um tipo de atividade muito esporádica e insuficiente, salientando-se a necessidade de se implementar estas estratégias de forma mais consistente:

“(...)as artes e as ferramentas artísticas, que eu acho que é fundamental para o ativismo feminista (...) não ficar na teoria, pôr as pessoas a fazer alguma coisa e (...) fazer ali uma integração com o seu dia-a-dia, não ser um conceito abstrato(...)” (P1)

De facto, as ferramentas artísticas e culturais revelam uma grande utilidade para o ativismo feminista interseccional, através, por exemplo, de teatros e outras iniciativas (Costa & Coelho, 2018). Em Portugal, existem já algumas associações/coletivos que empregam esta estratégia nas suas ações ativistas, como é o caso da UMAR, que tem criado alguns projetos que utilizam a arte e a cultura como veículos para a transmissão do conhecimento feminista interseccional (Wiedemann et al., 2020), mas destaca-se a necessidade de um maior investimento em projetos semelhantes.

De forma complementar às artes e à cultura, o código “Humor” demonstra que o humor tem também surgido como uma nova ferramenta para a disseminação de conhecimento e ideias sobre o feminismo interseccional, tendo sido mencionado como uma estratégia interessante e apelativa para alcançar públicos mais diversos e menos familiarizados com estas temáticas, proporcionando reflexão sobre as mesmas e a desconstrução de crenças erróneas. Além disso, destacam que, até há pouco tempo, os espaços/eventos de humor eram maioritariamente masculinos e de pessoas mais privilegiadas, pelo que consideram ser positiva a crescente ocupação destes espaços pelas mulheres e grupos habitualmente marginalizados:

“(...)agora aquilo que é de humor (...) também acaba por ser usado por questões ativistas, ou mesmo por mulheres neste caso em específico, de tornarem assuntos muito pesados e que durante muito tempo foram vistas um pouco como discussões tabu, ou coisas chatas (...), agora postas como um assunto muito mais, não leve necessariamente, mas muito mais fácil de introduzir com o humor e com a ironia, (...), (...) e começam-se muitas discussões que se calhar as pessoas não teriam de outra forma, porque acaba por ser muito mais acessível.” (P4)

“(...) o humor, a utilização de memes, (...) e a protagonização de mulheres nesses locais que eram muito reservados a homens, aliás, nós olhamos para festivais e coisas que têm comediantes e encontramos muito poucas mulheres(...)” (P7)

Por outro lado, foi proferida a presença de ainda algumas reservas em relação à utilização desta estratégia, uma vez que não sabem se terá realmente um impacto efetivo, além de considerarem ser uma estratégia muito referente a contextos estrangeiros, não sendo ainda tão disseminada em Portugal:

“Eu acho que (...) a utilização do humor é algo mais internacional, mais americano, que se calhar não se adapta tanto à realidade portuguesa, (...) não é que não seja utilizado, mas (...) se calhar não coincide tanto com a realidade em Portugal (...)” (P7)

“Acaba por ser interessante o humor. (...) Mas (...) não consigo ter uma opinião formada quanto ao impacto efetivo que terá.” (P9)

O humor tem-se revelado, de facto, uma ferramenta deveras útil para chegar mais facilmente a públicos menos familiarizados ou interessados nas temáticas do ativismo feminista interseccional, e que à partida não teriam contacto com essas ideias, o que promove um maior alcance da consciencialização sobre estas temáticas e uma maior reflexão sobre as mesmas (Baer, 2016; Cochrane, 2013). Este tem sido um meio não só muito reservado aos homens, mas também frequentemente utilizado para a propagação de narrativas antifeministas e opressoras, realçando-se a importância de uma contraposição, por parte das mulheres e gentes oprimidas, a este costume, e da utilização desta ferramenta a seu favor (Cochrane, 2013; Costa, 2023; Crescêncio, 2020). No entanto, há ainda alguma controvérsia relativamente à utilização do humor como estratégia, uma vez que diversas ativistas acreditam que estas temáticas devem ser abordadas com seriedade e realismo, considerando o humor uma ferramenta demasiado leve (Cochrane, 2013). Embora haja comediantes em Portugal que promovem um humor feminista, são ainda escassos dados concretos sobre a sua aplicação no contexto português (Costa, 2023).

Uma estratégia também amplamente indicada pelas pessoas participantes deste estudo foi a educação, começando desde logo nas escolas e nas idades mais jovens, levando à construção do código “Investir na educação”*. Inclui-se também a menção à educação sexual, por permitir abordar diversas questões relacionadas com géneros e sexualidades. Esta é outra estratégia que, embora já seja, por vezes, aplicada, ainda é pontual e esporádica, pelo que requer uma atuação mais consistente e prolongada:

“(...)começar pelas crianças. (...) No entanto, há falta de recursos, por isso é sempre uma atuação muito limitada e muito precária(...)” (P10)

“(...)educação sexual nas escolas. Porque acaba-se por abordar também as questões do género e sexo, e também os papéis de género. E a verdade é que, apesar de existir as aulas de educação sexual, (...) não são abordadas da melhor forma. (...) Muitas vezes acontecem uma vez no ano letivo. (...) deveria ser algo mais contínuo.” (P14)

A educação é, de facto, apontada como essencial para a mudança de mentalidades, para o combate às perspetivas discriminatórias/opressoras que frequentemente são internalizadas, e para a estimulação de uma consciência crítica e de uma mentalidade mais feminista e inclusiva, que privilegie o respeito e igualdade entre todas as pessoas (hooks, 2000a, 2000b; Santos, 2022). Embora a educação sexual nas escolas apresente grande potencial neste âmbito, em Portugal, esta continua a ser escassa e pouco abrangente nos temas abordados, ignorando as questões de género e as sexualidades não hétero-normativas (Alvarez & Pinto, 2012; Cardoso & Scarcelli, 2021; Rocha et al., 2016; Tavares, 2008).

Quanto ao código “Encontrar objetivos comuns e estabelecer redes e alianças”, os discursos ao longo dos grupos focais frisam a importância de se encontrar, dentro das várias lutas e movimentos interseccionais, objetivos comuns, que permitam o restabelecimento das redes de solidariedade entre pessoas diversas, e entre associações/coletivos ativistas também elas diversas, criando alianças para um trabalho conjunto. O objetivo será estabelecer uma articulação de vários movimentos e pessoas que possibilite uma atuação realmente interseccional:

“(...)restaurar as redes de solidariedade, não só entre mulheres, mas entre as várias camadas de gentes oprimidas, porque (...) cada um tem a sua opressão específica, mas o que é que nos pode unir a todos e a todas? (...) é urgente na prática do ativismo identificar o inimigo comum, porque só [assim] (...) é que é possível articular as várias frentes de luta(...)” (P3)

“(...)é muito importante criarmos alianças e funcionarmos realmente nestas de forma interseccional (...)” (P9)

Esta estratégia tem sido apontada como essencial para a potenciação de uma luta mais interseccional e com maior poder de atuação, o que só é possível através desta união de esforços coletivos (Littler & Rottenberg, 2021; Tavares, 2022). Inclusive, identifica-se a importância de alargar a agenda ativista feminista e de estabelecer redes de solidariedade até com movimentos e iniciativas de outros países e contextos (Tavares, 2022).

Meios Digitais

O subtema “Meios digitais”, por sua vez, abrange três códigos: “Potencialidades dos meios digitais”, “Problemáticas e desvantagens dos meios digitais”, e “Complementaridade dos

meios digitais à prática presencial”. Este subtema traduz a expressão, por parte da maioria das pessoas participantes, da sua perspetiva dos meios digitais enquanto meios simultaneamente com vantagens e desvantagens, mas com utilidade para o ativismo feminista interseccional.

Assim, o primeiro código, “Potencialidades dos meios digitais”, reúne as diversas vantagens identificadas ao longo dos grupos focais destes meios para o ativismo feminista interseccional. Destas, destacam-se, por exemplo, a facilitação da transmissão de informação, a abrangência mais global do seu alcance, e a rapidez e baixo custo da sua utilização:

“dar acesso a comunicar com grandes públicos (...) em largo número, sem ser necessário terem muitos meios, quer dinheiro, logística, etc. (...) se eu quiser marcar uma concentração (...) é uma maneira muito prática e útil de pôr pessoas em rede, como é que se diz, pôr informação em rede, é uma maneira barata. (...) a amplitude é maior do que nós falarmos só com os nossos conhecidos.” (P6)

Salienta-se também a sua utilidade na promoção de discussões importantes sobre este ativismo e no alcance de públicos mais jovens:

“(...)sinto que existem muito mais campanhas e uma forma muito mais acessível também de partilha, quer workshops ou mesas redondas em que abrem aqui painéis de discussão entre pessoas feministas e ativistas no seu geral. Também para ganhar mais visibilidade em populações mais jovens(...)” (P4)

Além disso, é também referida a vantagem de permitirem o acesso ao ativismo e a diversas conversas/iniciativas a pessoas que enfrentam barreiras geográficas, ou outras dificuldades de acesso presencial, por exemplo por falta de meios de deslocação ou de capacidade física/mental para o fazerem:

“Se nós pensarmos em termos interseccionais, em questões se calhar de pessoas que não têm acesso... ou que têm maiores barreiras em se deslocar a sítios. Por exemplo (...) pessoas com deficiência, (...) acabam por aqui, de alguma forma, (...) ter uma maior proximidade.” (P9)

Os meios digitais têm-se mostrado, efetivamente, úteis para o ativismo feminista interseccional, permitindo um maior e mais rápido alcance a diversas pessoas, a partilha de conteúdos, campanhas e movimentos, a organização de ações, a promoção de debates e a partilha de vivências (Baer, 2016; Cochrane, 2013; Sánchez-Duarte & Fernández-Romero, 2017; Willem & Tortajada, 2021). Esta é também uma útil estratégia para alcançar públicos mais jovens, uma vez que utilizam estes meios numa base quotidiana, educando-as para as temáticas em questão e cativando-as para o movimento (Cochrane, 2013).

Já no código “Problemáticas e desvantagens dos meios digitais”*, assinalam-se um conjunto de problemáticas que estes meios podem apresentar, nomeadamente a utilização dos mesmos para a propagação de desinformação e de discursos de ódio e antifeministas que prejudicam o movimento, como apontado por Collins & Bilge (2021), Prado (2022), e Willem & Tortajada (2021); o alcance limitado pelos algoritmos das redes sociais, que definem o conteúdo a que cada pessoa acede, fazendo com que a informação chegue sempre às mesmas pessoas e não àquelas que mais precisariam de contactar com estas temáticas, como salientado por Prado (2022); a promoção do individualismo; e o facto de nem toda a gente ter acesso a estes meios (Willem & Tortajada, 2021):

“(...)as redes sociais também fomentam muito o individualismo(...)” (P1)

“(...)é uma forma muito fácil de disseminar o ódio e a desinformação(...)” (P14)

“(...)acabamos por chegar sempre às mesmas pessoas (...) parece que faz chegar a mais gente, mas às vezes não faz chegar a quem se calhar precisava da informação(...)” (P4)

“(...)o digital ainda não chega a toda a gente, então é um ativismo para grupos específicos(...)” (P9)

Aponta-se também o facto de, nos meios digitais, as pessoas serem constantemente bombardeadas com muita informação, o que leva a uma superficialidade na sua interpretação (Prado, 2022):

“(...)nas redes e no digital, somos bombardeados por muitas informações. E (...) questiono-me até que ponto é que não é uma absorção menos crítica ou mais superficial(...)” (P9)

Por fim, o código “Complementaridade dos meios digitais à prática presencial”* traduz a concordância geral sobre a importância da utilização dos meios digitais para o ativismo feminista interseccional, mas como complemento, e não como substituto da prática presencial, que continua a ser essencial e a proporcionar outras vantagens:

“(...)acredito que é imprescindível continuar a haver campanhas presenciais e as lutas presenciais, mas também uma adaptação muito importante à rede social(...)” (P4)

“Não creio que uma pessoa possa ser apenas ativista digital. (...) Acho que devemos utilizá-lo como estratégia(...)” (P10)

Esta articulação entre o digital e o presencial é indicada como crucial para a otimização deste ativismo, frisando-se que os meios digitais são ferramentas úteis não para substituir a luta presencial, mas para a complementar e expandir o seu alcance, eficiência e possibilidades de ação (Baer, 2016; Sánchez-Duarte & Fernández-Romero, 2017; Teixeira et al., 2021).

Disputas do Ativismo Feminista

O terceiro tema, “Disputas do ativismo feminista”, diz respeito às perspectivas divergentes que coexistem dentro do próprio movimento feminista e que, frequentemente, causam cisões no mesmo. Este engloba três códigos: “Divergências sobre o trabalho sexual”; ““TERFismo” vs. Transfeminismo”, e “Importância da discussão sobre as disputas”, como se pode ver no mapa do tema (ver Anexo I)

Divergências sobre o Trabalho Sexual*

No que diz respeito a este código, as perspectivas abolicionistas e contra o trabalho sexual foram destacadas, no decorrer dos grupos focais, como uma das principais disputas no seio do feminismo, em oposição a uma perspectiva a favor da liberdade de escolha, de cada pessoa, em exercer ou não trabalho sexual. Inclusive, foi mencionada como uma das principais causas de discórdia mesmo dentro da perspectiva feminista interseccional e nas associações/coletivos feministas:

“Há gente que é pela eliminação, simplesmente, do trabalho sexual, porque acha que isso é o agudizar das contradições do sistema capitalista. Depois há outras, (...) que, não obstante eu ter consciência que o trabalho sexual parte de uma matriz de inferioridade (...), essa malta existe e não tem proteção nenhuma, nem na saúde, nem no emprego, nem nas situações de vulnerabilidade (...) isto é a questão que, dentro dos feminismos interseccionais, divide mesmo e que não conseguimos ainda chegar a um consenso, e acho que não vamos conseguir, porque são visões muito diferentes(...)”
(P3)

“(...)é uma questão recorrente (...) a legalização da prostituição barra trabalho sexual, se as pessoas devem descontar, etc. Ser encarado como um trabalho formal.” (P6)

A literatura sobre este tema confirma esta disputa de longa data dentro do feminismo. Segundo uma perspectiva abolicionista, a prostituição não é um trabalho, mas sim um mecanismo de controlo e opressão das mulheres, assente na sua objetificação, sexualização e submissão à dominância masculina, fruto da estruturação patriarcal da sociedade, pelo que deverá ser proibida e criminalizada. Por outro lado, perspectivas mais favoráveis ao trabalho sexual destacam a importância da liberdade de escolha para as pessoas que queiram exercer este tipo de trabalho, não necessariamente negando as suas problemáticas. Estas apoiam, geralmente, a descriminalização desta atividade, salientando as consequências negativas da sua criminalização, a qual promove a falta de condições de proteção e segurança das pessoas trabalhadoras sexuais, potenciando a sua vulnerabilidade a situações de violência e exploração, assim como promovendo a sua estigmatização/discriminação (Berg, 2014; Comte, 2014; Schotten, 2005).

“TERFismo” vs. Transfeminismo

Relativamente ao código ““TERFismo” vs. Transfeminismo”, várias pessoas participantes destacaram a divergência de perspetivas sobre a aceitação das pessoas trans e a sua inclusão no feminismo como uma das principais disputas atuais dentro do movimento feminista, gerando discórdia e confronto entre uma perspetiva feminista interseccional, que apoia o transfeminismo e a aceitação das mulheres trans como mulheres, e uma perspetiva feminista radical trans-excludente, que lhes recusa o estatuto de mulheres por não ser esse o seu sexo à nascença:

“A divisão entre transfeminismo e TERFismo.” (P7)

“(…) temos outras visões de feminismo mais extremistas, que não encaram as mulheres trans como sendo mulheres, (…) não é só uma questão de há uns anos atrás, isso ainda existe no presente (…)” (P14)

“(…) o que eu entendo que divide mais o movimento feminista (…) as questões trans (…) são sempre as mais difíceis (…)” (P8)

De facto, tem-se assistido a um ressurgimento, dentro do próprio movimento feminista, desta perspetiva feminista radical trans-excludente (TERF), devido também ao apoio mediático de figuras públicas que advogam esta perspetiva, e em resposta à crescente inclusão do transfeminismo. Têm-se, assim, gerado cisões no movimento feminista, as quais minam a luta conjunta e a capacidade de mobilização ativista (Santos, 2022; Willem & Tortajada, 2021).

Além disso, várias pessoas participantes referiram considerar esta posição transfóbica como incompatível com o feminismo, perspetiva coerente com uma visão interseccional do feminismo enquanto movimento que advoga a igualdade de direitos para todas as pessoas e o combate à opressão sexista e de género, o que é contraditório a uma perspetiva radical trans-excludente. (Brown, 2011; hooks, 2000a; Santos, 2022; Rodrigues et al., 2018; Teixeira et al., 2021):

“Acho que toda a gente que seja TERF não é feminista.” (P9)

“(…)a transfobia existente, como é que é possível no feminismo?” (P10)

Importância da Discussão sobre as Disputas

Relativamente às disputas supracitadas, gerou-se ainda o código “Importância da discussão sobre as disputas”, traduzindo as perspetivas apresentadas de que, embora as disputas coexistentes possam dividir o movimento feminista e dificultar o seu avanço, a discussão sobre as mesmas é essencial para a partilha de perspetivas e, eventualmente, para a possível mudança dessas mesmas perspetivas e a chegada a um acordo, como referido por Tavares (2008, 2022):

“Eu acho que existem sempre muitas disputas e perspectivas diferentes, até dentro das próprias organizações. (...) acho que nós só vamos avançar nas nossas mentalidades (...) se houver este tipo de discussões (...) e depois vamos tentando chegar a um consenso (...). Claro que isto (...) na prática é muito complicado.” (P1)

O Lugar dos Homens no Ativismo Feminista Interseccional

Por último, foi construído o tema “O lugar dos homens no ativismo feminista interseccional”, que pretende transmitir as diferentes perspectivas sobre qual o lugar que os homens ocupam neste ativismo, nomeadamente relativas à sua inclusão no movimento. Este comporta três códigos: “Participação no ativismo feminista interseccional”, “Disponibilidade para a compreensão, mudança e exemplo”, e, por fim, “Benefícios do feminismo para os próprios”, como demonstrado no mapa do tema (ver Anexo J).

Participação no Ativismo Feminista Interseccional

No que concerne ao código “Participação no ativismo feminista interseccional”, de uma forma geral, denota-se a concordância dos diversos grupos focais em como a posição dos homens, neste movimento ativista, deve ser de participação, apoio e aliança:

“(...)ter homens que são ativistas (...) feministas interseccionais, é uma fonte muito valiosa de haver uma comunicação direta com outros homens. (...)porque a verdade é que homens respeitarão à partida mais homens do que mulheres e tomarão as opiniões deles como mais válidas (...) porque se só falarmos umas com as outras não é assim que também vai mudar.” (P4)

“(...)acho que é necessário haver o papel deles envolvido para que haja essa mudança. (...) um papel de quase parceria nesta luta conjunta.” (P14)

“(...)têm um papel muito importante, até porque a sociedade não muda se não remar toda a gente ao mesmo lado.” (P8)

Algumas pessoas argumentaram, no entanto, que este deverá ser um apoio mais na retaguarda, garantindo que as mulheres continuam na linha da frente deste movimento e dos seus coletivos/associações, e no centro das decisões tomadas, uma vez que são as protagonistas da principal opressão contra a qual se pretende lutar:

“(...)educarem-se, ouvirem e contribuirão da forma que lhes for possível e pedido sem interferir nas decisões core e importantes do movimento. Porque isso cabe ao oprimido, não ao opressor.” (P7)

“o papel dos homens é na retaguarda, a fazer tarefas que nos permitam [às mulheres] estar na linha da frente, no fundo a representar (...) aquelas coisinhas assim mais práticas, colar cartazes, esse tipo de coisas(...)” (P12)

hooks (2000a, 2000b) sublinha acentuadamente a importância da inclusão masculina no ativismo feminista interseccional, indicando que os homens que se definem como feministas deverão ser considerados companheiros de luta, pois só assim haverá progresso neste movimento e na mudança societal. Também Cochrane (2013) e Tavares (2008) indicam que várias ativistas feministas, cujos discursos analisaram, destacam que a participação masculina neste ativismo é essencial para o avanço do movimento. Contudo, embora devam existir homens em vários coletivos/associações feministas, devem continuar a existir espaços ativistas só de mulheres, já que, sendo estas as maiores protagonistas da opressão de género, deverão ser elas a tomar as decisões e definir o rumo deste ativismo (Tavares, 2008).

Disponibilidade para a Compreensão, Mudança e Exemplo*

Para além da participação nas lutas e coletivos, no código “Disponibilidade para a compreensão, mudança e exemplo” é reforçado que um dos principais papéis dos homens neste ativismo, consiste em estarem disponíveis para aprender sobre as diversas temáticas e perspetivas, para alterarem os seus próprios comportamentos opressores, e para darem o exemplo, no seu quotidiano, às pessoas que os rodeiam:

“Ter curiosidade (...). E depois a flexibilidade para entender que parte de si é que poderá ser parte do problema, não é? Porque socializando-se como homens, que parte de ser homem é que poderá ser um obstáculo à igualdade. E estar disposto a produzir mudança, mesmo que seja em si próprio. (...)O exemplo é um fator também chave aqui, (...) o ser capaz de liderar o exemplo(...)” (P11)

“(...)é um papel de muita introspeção, para sair da bolha e perceber a (...) realidade das mulheres. E fazer todo esse trabalho de desenvolvimento pessoal, (...) e terem esse papel proativo a ajudar a mudar as mentalidades, ajudar a partilhar a informação.” (P14)

“(...)há grupos de homens que promovem novas masculinidades, isso também é uma forma de apoiarem a luta, é entre eles organizarem-se para também fazer a mudança.” (P12)

Esta postura de disponibilidade e proatividade para aprender, e de autorreflexão sobre a sua própria posição nos sistemas opressores e sobre as suas próprias ações/comportamentos, é essencial para que as pessoas que se identificam como homens possam produzir as mudanças necessárias em si próprias, e contribuir, assim, para o feminismo interseccional. A proatividade em dar o exemplo a outras pessoas, desde familiares e amigos a círculos mais alargados de sujeitos, é também crucial para esta mudança societal que se pretende, e para a eficiência do movimento feminista interseccional. Nomeadamente, a promoção de novas masculinidades

feministas revela-se como uma das tarefas fulcrais que os homens devem desempenhar, quer através do exemplo, quer através da consciencialização ativa das pessoas que os rodeiam (Connell & Messerschmidt, 2005; hooks, 2000a, 2000b, 2004; Siegel et al., 2022).

Benefícios do Feminismo para os Próprios

Por último, o código “Benefícios do feminismo para os próprios” ilustra as perspetivas apresentadas de que os homens se devem envolver no ativismo feminista interseccional também porque eles próprios podem beneficiar da criação de políticas e perspetivas interseccionais que tenham em conta a igualdade para todas as pessoas, incluindo para os homens. Isto porque, embora estes pertençam a um grupo à partida mais privilegiado, na verdade eles próprios são afetados por um sistema patriarcal que define rígidos papéis de género para todas as pessoas, com os quais muitos homens não se identificam, e que os prejudicam em diversos aspetos. Nomeadamente, como destacado por Connell & Messerschmidt (2005) e hooks (2000a, 2004), este paradigma patriarcal promove modelos de masculinidades sexistas e pouco saudáveis, que não são favoráveis a todos os homens, e que discriminam e inferiorizam todos aqueles que não correspondem a essas normas. Desta forma, os próprios poderão beneficiar da desconstrução destes modelos rígidos de masculinidades, algo que podem promover através da integração nas lutas feministas interseccionais:

“(...)continuam a estar dentro de um sistema capitalista, patriarcal, etc., e acabam por sofrer de alguma forma, obviamente não tanto como pessoas menos privilegiadas, isto é, um homem cis, hétero e branco, continua a ter que se mostrar e viver de uma certa forma, que pode não ser a que ele se identifica.” (P4)

“(...)têm tudo a ganhar. Porque nós (...) quando falamos de feminismo, (...) não estamos a falar de ganhar direitos à custa de outras pessoas. Estamos a falar de igualdade e equidade. Por exemplo, (...) a desconstrução de masculinidades, muitas delas tóxicas, que não permitem, por exemplo, aos homens serem pais afetivos, carinhosos e que cuidam (...). O feminismo (...) é vantajoso para toda a gente(...)” (P9)

hooks (2000a, 2004) e Teixeira et al. (2021) enfatizam que é uma das questões que deverá ser incluída na agenda feminista interseccional, uma vez que só através da rutura destes modelos hegemónicos de masculinidade se poderá alcançar uma sociedade mais igualitária para todas as pessoas (Connell & Messerschmidt, 2005; hooks 2000a, 2004; Teixeira et al., 2021).

Conclusão

A análise dos discursos apresentados neste estudo, ainda que de forma sumária, contribuiu para a melhor compreensão do ativismo feminista interseccional, especialmente no contexto português.

A partir desta análise, foi possível perceber que a interseccionalidade é, de facto, identificada como a característica central do movimento ativista feminista atual, o que também se relaciona com o facto de todas as pessoas participantes se identificarem como feministas interseccionais. Neste sentido, várias pessoas consideram que, neste momento, já não é possível um movimento ativista feminista que não seja interseccional, visto que acreditam ser necessário ter em conta as várias opressões a que cada pessoa está sujeita, e articular as diversas lutas pelo objetivo comum de combater os sistemas de opressão e obter uma maior igualdade para todas as pessoas. Assim sendo, consideram haver uma multiplicidade de lutas e temáticas a que este ativismo deve atender, algumas já bastante consistentes no movimento feminista interseccional (como é o caso do sexismo, racismo, classismo, capitalismo, heterossexismo, cissexismo, violência de género e cultura da violação, e mais recentemente o combate à precariedade na habitação e problemas ecológicos), outras ainda a precisar de uma maior atenção (como a idade; a diversidade funcional; e as lutas trans, estas últimas no sentido em que ainda são descartadas por algumas perspetivas feministas, como salientado por Rodrigues et al. (2018) e Santos (2022)). Além disso, destaca-se a importância de se manter uma posição de abertura à adaptação e à inclusão de novas lutas, uma vez que, tal como demonstrado pela literatura, a sociedade está em permanente mutação, levando ao aparecimento de novos desafios, pelo que o movimento ativista deverá acompanhar essas novas necessidades (hooks, 2000a, 2000b; Nogueira, 2017; Tavares, 2008).

Contudo, este ativismo encontra ainda diversos desafios e obstáculos à sua prática, que dificultam uma ação mais alargada, eficiente e interseccional. Destes, sublinham-se, precisamente, a dificuldade de adaptação constante à enorme quantidade de lutas e opressões que surgem, assim como o cansaço que se gera nas pessoas ativistas, proveniente desse crescente leque de lutas a que têm que atender. Este cansaço associa-se também à falta de recursos, não só humanos, como também financeiros, e à falta de reconhecimento do trabalho ativista. Denotam-se ainda outras dificuldades, como a baixa acessibilidade do ativismo a todas as pessoas, e o facto de os sujeitos ativistas terem de participar no movimento a partir, muitas vezes, de uma posição de privilégio, que dificulta a sua compreensão e capacidade de intervenção em relação a algumas temáticas, além de exigir um exercício de constante autorreflexão sobre os próprios privilégios (Cochrane, 2013; Collins, 2022; hooks, 2000a, 2000b). Além disso, verifica-se que falta ainda, na prática, uma aplicação concreta da

interseccionalidade, que embora esteja cada vez mais presente nos discursos, nem sempre se traduz numa efetivação de esforços por realmente tornar a luta mais ampla e inclusiva.

Quanto às estratégias e formas de atuação do ativismo feminista interseccional, verificou-se uma concordância nos diversos grupos focais sobre a insuficiência e falta de consistência de diversas medidas adotadas atualmente em prol do movimento, nomeadamente no que diz respeito à intervenção comunitária, à utilização das ferramentas artísticas, culturais e humorísticas, e à educação. Como tal, realça-se a importância de acentuar a aplicação destas medidas, assim como de adotar algumas medidas ainda em falta, como é o caso da restauração de alianças e redes de solidariedade, e do aumento da acessibilidade e inclusividade do movimento e das suas estruturas/organizações.

No geral, há também uma congruência nas perspetivas apresentadas sobre os meios digitais, enquanto ferramentas com potencialidades, mas também limitações e riscos. Estes meios são, assim, apontados como úteis e importantes para o ativismo feminista interseccional, mas de forma unicamente complementar à prática presencial, não a substituindo ou diminuindo, perspetiva que é concordante com aquelas apresentadas na literatura sobre esta temática (Baer, 2016; Sánchez-Duarte & Fernández-Romero, 2017; Teixeira et al., 2021).

É também de relevar a identificação de algumas disputas fraturantes dentro do movimento feminista como um todo, que ao longo da sua história e ainda na atualidade têm vindo a gerar cisões nas perspetivas e ações, o que por vezes compromete o trabalho conjunto em prol do avanço desejado. As principais disputas identificadas correspondem, então, à divergência de perspetivas sobre o trabalho sexual (Berg, 2014; Comte, 2014; Schotten, 2005), e à oposição entre o feminismo interseccional (e por isso, transfeminista) e perspetivas mais radicais/conservadoras trans-excludentes (Rodrigues et al., 2018; Santos, 2022; Willem & Tortajada, 2021). Ainda assim, afirma-se a importância de criar espaço para a discussão sobre estas disputas, de forma a que se possa chegar a acordos e à aliança contra um inimigo maior comum.

Os homens surgem também, nesta discussão, como apresentando uma posição essencial no movimento ativista feminista, não só na participação e apoio às lutas e ações do mesmo, como também na sua própria mudança. Esta deve vir a par de uma abertura constante para aprender sobre a causa feminista, assim como para dar o exemplo nos seus círculos sociais, tal como salientado por autoras como bell hooks (2000a, 2000b, 2004). Sublinha-se ainda que este ativismo não só deverá ter o apoio dos homens, como também ter as suas opressões em conta, uma vez que também estes sofrem com a estruturação patriarcal da sociedade e com os papéis de género por ela definidos. Pretende-se, assim, uma luta cada vez mais igualitária e inclusiva,

que seja capaz de superar as normas de género e criar alianças para uma articulação conjunta pelo combate às mais variadas opressões (Cochrane, 2013; Collins, 2022; Crenshaw, 1991; hooks, 2000a, 2000b; Tavares, 2022; Teixeira et al., 2021).

Por fim, torna-se clara a presença de um consenso relativamente à forma como as atuais lutas se relacionam com os diversos desafios enfrentados ao longo da história do ativismo feminista, no sentido em que, não descartando as conquistas realizadas até ao momento presente, nada está superado ou garantido, nem deverá ser assumido como tal. Face à reversibilidade dos direitos conquistados e à evolução das necessidades e formas de funcionamento das sociedades, apela-se à manutenção de um espírito crítico e reflexivo, bem como da união e esforços contínuos pelo combate ao crescimento das forças antifeministas e opressoras (Collins & Bilge, 2021; hooks, 2000a, 2000b; Littler & Rottenberg, 2021; Tavares, 2022). Tendo tudo isto em conta, confirma-se a pertinência atual do ativismo feminista interseccional, não como algo superado ou ultrapassado, mas enquanto movimento em permanente reconfiguração, com ainda muito por fazer, e que se demonstra continuamente necessário, no passado, presente e futuro.

Conclui-se, assim, que a principal causa global do ativismo feminista interseccional identificada neste estudo, consiste na luta pela sua crescente abrangência e abertura à inclusão, visando estender o seu foco para além de uma causa exclusivamente pelas mulheres e pelos seus direitos. Pretende-se, na verdade, que esta seja uma mobilização conjunta pelos direitos e igualdade de todas as pessoas, tendo em conta as mais variadas formas de opressão e os mais diversos desafios em constante evolução. Só assim se conseguirá a obtenção de um paradigma verdadeiramente interseccional e que se distancie dos sistemas opressores vigentes.

Quanto às limitações deste estudo, salienta-se o facto de não se ter conseguido a participação de nenhuma pessoa que se identificasse como homem nos grupos focais, uma vez que se poderia ter obtido uma maior diversidade de perspetivas, principalmente relativamente ao tema “O lugar dos homens no ativismo feminista interseccional”, em que se poderia ter acesso a uma perspetiva mais pessoal. Além disso, é de realçar que o número limite de palavras definido para este documento, constituiu uma grande limitação a uma análise mais profunda e completa dos resultados deste estudo, uma vez que os dados resultantes dos grupos focais eram bastante extensos, pelo que foi necessário realizar uma apresentação muito sucinta da análise realizada.

Para investigações futuras, destaca-se a importância de estudar mais sobre o ativismo feminista interseccional como um todo, e no contexto português, uma vez que há ainda pouca literatura científica que agregue as suas várias lutas, desafios e estratégias, especialmente em

Portugal. Nomeadamente, importa investigar mais sobre as novas lutas que têm emergido e sobre a forma como estas se podem interrelacionar com o feminismo. Adicionalmente, sublinha-se a importância de investigar mais aprofundadamente os desafios concretos que as pessoas ativistas enfrentam na prática do ativismo em Portugal, e quais as formas de lidar com esses desafios. Outros temas que poderão ser interessantes estudar no futuro são a aplicabilidade da interseccionalidade ao contexto prático do ativismo (uma vez que foi destacado, pelas pessoas participantes, que esta interseccionalidade ainda se mantém na teoria, faltando na prática); as disputas feministas e o seu impacto no ativismo interseccional (uma vez que ainda são estudadas em separado); e a aplicação do humor ao movimento feminista interseccional na realidade portuguesa (uma vez que os dados referentes a este tema são maioritariamente estrangeiros, tal como referido pelas pessoas participantes).

Em suma, esta investigação pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre a temática do ativismo feminista interseccional, especialmente no contexto português, que apresenta especificidades poucos estudadas pelos trabalhos científicos produzidos até à data. Assim sendo, poderá constituir um contributo também para futuras investigações nesta área.

Referências Bibliográficas

- Alvarez, M. J., & Pinto, A. M. (2012). Educação sexual: atitudes, conhecimentos, conforto e disponibilidade para ensinar de professores portugueses. *Aletheia*, (38-39).
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise social*, 687-714.
- Baer, H. (2016). Redoing feminism: Digital activism, body politics, and neoliberalism. *Feminist media studies*, 16(1), 17-34. <https://doi.org/10.1080/14680777.2015.1093070>
- Berg, H. (2014). Working for love, loving for work: Discourses of labor in feminist sex-work activism. *Feminist Studies*, 40(3), 693-721.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. SAGE Publications.
- Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic Analysis: A Practical Guide*. Sage.
- Brewer, S., & Dundes, L. (2018). Concerned, meet terrified: Intersectional feminism and the Women's March. *Women's Studies International Forum* (Vol. 69, pp. 49-55). <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2018.04.008>
- Brown, L. S. (2011). A Look Back at “New Voices, New Visions”: The View From Here. *Psychology of Women Quarterly*, 35(4), 671-675.
- Cardoso, D., & Scarcelli, C. M. (2021). Breaking the silence: Young people, sex information and the internet in Italy and Portugal. In *Gender and Sexuality in the European Media*, (41-57). Routledge.
- Cochrane, K. (2013). *All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism* (Vol. 8). Guardian Books.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.
- Collins, P. H. (2022). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Comte, J. (2014). Decriminalization of Sex Work: Feminist Discourses in Light of Research. *Sexuality & Culture*, 18(1), 196–217. <https://doi.org/10.1007/s12119-013-9174-5>
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & society*, 19(6), 829-859. <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>
- Costa, I. D. S. R. S. (2023). Humor e Mulheres no Contexto Português. *Revista Comunicando*, 12(2). <https://doi.org/10.58050/comunicando.v12i2.339>
- Costa, M. A., & Coelho, N. (2018). A(r)tivismo feminista: Intersecções entre arte, política e

- feminismo. *Confluências*, 20(2), 25-49.
- Costanza-Chock, S. (2018). Design justice: Towards an intersectional feminist framework for design theory and practice. *Proceedings of the Design Research Society*. <https://ssrn.com/abstract=3189696>
- Cor, D. N., & Chan, C. D. (2017). Intersectional feminism and LGBTIQQA+ psychology: Understanding our present by exploring our past. *LGBT psychology and mental health: Emerging research and advances*, 109-132.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(8). <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299. <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Crescêncio, C. L., Burkart, M., & Pires, M. D. C. F. (2020). Apresentação do dossiê Mulheres, Humor e Cultura de Massa. *Revista Tempo e Argumento*, 12(31), 1-9.
- Daniel, F., Monteiro, R., Antunes, S., Fernandes, R., & Ferreira, P. L. (2019). Qualidade de vida relacionada com a saúde de pessoas idosas numa perspetiva de género. *Portugese Journal of Public Health*, 36(2), 59–65. <https://doi.org/10.1159/000490929>
- da Silva, A. P. (2022). Notas sobre o Feminismo, o Transfeminismo e a Política Brasileira. *COR LGBTQIA+*, 1(2), 42-67. <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/518>
- Debert, G. G. (2013). Feminismo e velhice. *Sinais sociais*, 8(22), 15-38. [Revista - Sinais Sociais 22_web-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](http://www.inec.org.br/revista-sinais-sociais-22-web-libre.pdf)
- Escobar, G. V., & Baptista, M. M. R. T. (2016). O pensamento das mulheres negras e a lesbianidade negra em contexto lusófono. In *Baptista, Maria Manuel Rocha Teixeira; LATIF, Larissa (Coords.). Género, Direitos Humanos e Ativismos: Atas do V Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp. 290-298). Gracio.
- Haring, N., & Maierhofer, R. (2023). Feminism, gender, and age. *The Bloomsbury Handbook to Ageing in Contemporary Literature and Film*, 155.
- hooks, b. (1981). *Ain't I a woman: Black Women and Feminism*. Pluto Press.
- hooks, b. (2000a). *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Pluto Press.
- hooks, b. (2000b). *Feminist theory: From margin to center*. Pluto Press.
- hooks, b. (2004). *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*. Simon and Schuster.
- Jackson, S. (2021). “A very basic view of feminism”: feminist girls and meanings of (celebrity)

- feminism. *Feminist Media Studies*, 21(7), 1072-1090.
<https://doi.org/10.1080/14680777.2020.1762236>
- Lamartine, C., & Cerqueira, C. (2022). " Caladas Nos Querem, Rebeldes Nos Terão": Ciberfeminismo e Interseccionalidade na Construção Híbrida do Movimento 8M em Portugal. *Observatorio (OBS*)*, 16.
<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=asn&AN=160901485&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>.
- Littler, J., & Rottenberg, C. (2021). Feminist solidarities: Theoretical and practical complexities. *Gender, Work & Organization*, 28(3), 864—877.
<https://doi.org/10.1111/gwao.12514>
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press.
- Macedo, A. G. (2006). Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*, 14, 813-817.
- Machado, A. R. (2018). Das sufragettes ao feminismo de hashtag: uma conversa sobre os novos feminismos. *ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 7.
- Monteiro, R. (2011). A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (92), 31-50.
<https://doi.org/10.4000/rccs.3953>
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Editora Devires.
- Prado, M. (2022). *Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação*. Edições 70.
- Ripollés, M. S. A. (2008). O feminismo da diversidade funcional: fazendo camiño. *Andaina: revista do Movimento Feminista Galego*, (49), 37-40.
- Rocha, A. C., Leal, C., & Duarte, C. (2016). School-based sexuality education in Portugal: strengths and weaknesses. *Sex education*, 16(2), 172-183.
<https://doi.org/10.1080/14681811.2015.1087839>
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2018). Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans (género) no Brasil e em Portugal. *Seminário múltiplas discriminações*.
- Ross, L. J. (2017). Reproductive justice as intersectional feminist activism. *Souls*, 19(3), 286-314. <https://doi.org/10.1080/10999949.2017.1389634>
- Sánchez-Duarte, J. M., & Fernández-Romero, D. (2017). Subactivismo feminista y repertorios

- de acción colectiva digitales: prácticas ciberfeministas en Twitter. *Profesional de la Información*, 26(5), 894-902.
- Santos, A. J., Braz, P., Gomez, V., Folha, T., Alves, T., & Dias, C. M. (2022). *Envelhecimento e saúde: Caracterização da saúde da população idosa em Portugal*. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA, IP). <http://hdl.handle.net/10400.18/9195>
- Santos, E., A. (2022). Momentos do arranque trans. In R. Aires & T. Teixeira (Orgs.), *De memória: História das lutas feministas e LGBTQIA+ em Portugal* (pp. 116-119). Gentopia - Associação para a Diversidade e Igualdade de Género.
- Schotten, C. H. (2005). Men, Masculinity, and Male Domination: Reframing Feminist Analyses of Sex Work. *Politics & Gender*, 1(2), 211–240. <https://doi.org/10.1017/S1743923X05050075>.
- Siegel, J. A., Elbe, C. I., & Calogero, R. M. (2022). “It’s an ongoing process”: A qualitative analysis of men’s feminist identity growth. *Psychology of Men & Masculinities*, 23(3), 321. <https://doi.org/10.1037/men0000392>
- Snyder, R. C. (2008). What is third-wave feminism? A new directions essay. *Signs: Journal of women in culture and society*, 34(1), 175-196. <https://doi.org/10.1086/588436>
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1927-2007)* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>
- Tavares, M. (2022). Uma História entre muitas outras histórias. In R. Aires & T. Teixeira (Orgs.), *De memória: História das lutas feministas e LGBTQIA+ em Portugal* (pp. 46-49). Gentopia - Associação para a Diversidade e Igualdade de Género.
- Teixeira, T., Grave, R., Aires, R., & Pereira, C. G. (2021). *Isto não é um glossário: in/definições de géneros e sexualidades (1st ed.)*. Gentopia - Associação para a Diversidade e Igualdade de Género
- Wiedemann, A., Mendes, L., Rodrigues, L., Henriques, M., Lemos, S., & Mendes, T. (2020). *Ativismo feminista: Desafios da UMAR Braga*.
- Willem, C., & Tortajada, I. (2021). Gender, voice and online space: Expressions of feminism on social media in Spain. *Media and Communication*, 9(2), 62-71. <https://doi.org/10.17645/mac.v9i2.3851>
- Yuval-Davis, N. (2006). Intersectionality and feminist politics. *European journal of women's studies*, 13(3), 193-209. <https://doi.org/10.1177/1350506806065752>

Anexo A

Guião de Entrevista

Apresentação e agradecimento pela participação.

1. Na vossa perspetiva, o que entendem por feminismo interseccional?
2. Segundo uma perspetiva interseccional, quais consideram ser os principais desafios, lutas e reivindicações do ativismo feminista nos tempos atuais, quer os já existentes, quer os que podem estar agora a emergir?
3. Por comparação com estes atuais desafios e lutas, identificam algum que entendam já ter sido superado pelo movimento feminista ao longo do tempo? Se sim, qual/quais e qual a sua importância para o feminismo atual?
4. Que formas de atuação, estratégias e meios identificam no ativismo feminista atual? [por exemplo, utilização de meios digitais ou não digitais, ações como manifestações/marchas, organização de tertúlias, etc.]
5. Que outras formas ou estratégias de atuação acreditam que fazem falta ao movimento ou que deveriam ser implementadas pelo mesmo, face aos seus atuais desafios?
6. O que pensam sobre o papel dos meios digitais no ativismo feminista atual? Identificam algum contributo dos mesmos para o movimento, e se sim, qual/quais? E problemas da utilização destes meios, identificam algum? Se sim, qual/quais?
7. Atualmente, que disputas identificam dentro do próprio movimento feminista, isto é, que diferentes perspetivas coexistem dentro do próprio movimento?
8. No vosso entender, de que forma essas disputas afetam e influenciam o movimento feminista, as suas ações e os seus potenciais avanços ou recuos?
9. Atualmente, algumas teóricas consideram que estamos na 4ª vaga do movimento feminista. Segundo a autora Kira Cochrane (2013), esta vaga feminista assenta sobre 4 pilares principais: a interseccionalidade; a utilização do espaço e meios digitais; a utilização do humor (como meio de disseminação das ideias feministas de uma forma apelativa e acessível, e menos formal/académica); e a temática da cultura da violação (perspetiva segundo a qual o abuso e assédio sexuais são não só uma experiência comum na sociedade atual, como também algo que é normalizado, tolerado e até mesmo encorajado, por exemplo, através da culpabilização das vítimas e desresponsabilização dos agressores [inclusive pelas mensagens, mesmo que indiretas, de que as mulheres não devem, por exemplo, beber demasiado, vestir-se de forma reveladora, ou andarem

sozinhas na rua à noite, uma vez que se o fizerem, estarão deliberadamente a correr o risco de serem sexualmente abusadas]).

Como se posicionam relativamente a estes pilares definidos pela autora, e de que formas consideram que estes são ou não relevantes para o movimento? É habitual verem exemplos destes pilares na prática do ativismo feminista atual, e se sim, conseguem dar exemplos de situações em que estes são aplicados? Existem outros aspetos que considerem ser centrais para o ativismo feminista de 4ª vaga, e se sim, quais?

10. Qual pensam ser a relevância e a presença ou prevalência da interseccionalidade no ativismo atual? Da vossa experiência, é algo geralmente tido em conta nas reivindicações/ações atuais, e se sim, de que formas?
11. Sendo este movimento ativista maioritariamente composto por pessoas que se identificam como mulheres, qual consideram ser o papel/contributo e a importância das pessoas que se identificam como homens nestas lutas feministas?
12. De que forma consideram que o ativismo feminista atual influencia as perspetivas e posicionamentos ideológicos das pessoas em posições de maior privilégio? De que maneiras pensam que se pode chegar a este tipo de pessoas para as educar para as temáticas do feminismo interseccional e as levar a ter em consideração as perspetivas e vivências distintas dos grupos oprimidos?
13. Por fim, gostariam de acrescentar algo que não tenha sido abordado? Existe alguma dúvida que desejem ver esclarecida?
14. Que feedback gostariam de partilhar sobre a participação neste grupo focal?

Agradecimentos.

Anexo B
Ficha Sociodemográfica

O presente documento visa a recolha de alguns dados sociodemográficos, aos quais apenas a estudante responsável pela presente dissertação (Ana Martins) e a sua orientadora (Professora Doutora Liliana Rodrigues) terão acesso.

1. Idade: _____
2. Com que género se identifica? _____
3. Qual o sexo que lhe foi atribuído à nascença? _____
4. Utiliza algum pronome na sua identificação? Se sim, qual/quais? _____

5. Qual é a sua orientação sexual? _____
6. Qual é a(s) sua(s) nacionalidade(s)? _____
7. Qual é a sua naturalidade? _____
8. Considera-se uma pessoa racializada? Qual a sua “raça” ou etnia? _____

9. Quais são as suas habilitações literárias?
 - 1º Ciclo do Ensino Básico
 - 2º Ciclo do Ensino Básico
 - 3º Ciclo do Ensino Básico
 - Ensino Secundário
 - Licenciatura
 - Bacharelato
 - Mestrado
 - Doutoramento
10. Qual a sua área de formação? _____
11. Qual a sua profissão/ocupação? _____
12. Há quanto tempo faz parte de um ou mais coletivo(s) feminista(s)? _____
13. Quais os coletivos ativistas em que participou até à presente data? (Por favor identifique em quais desses coletivo(s) está atualmente).

14. Considera-se um/a ativista digital? Se sim, porquê / se não, porquê? _____

15. O(s) seu(s) coletivo(s) utiliza/utilizam redes sociais ou outras plataformas digitais para divulgar o seu trabalho, ações e informação? _____

Anexo C

Declaração de Consentimento Informado

O presente estudo encontra-se a decorrer na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, no âmbito da Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da estudante Ana Martins, sob a orientação da Professora Doutora Liliana Rodrigues. O principal objetivo desta investigação consiste em compreender, através dos discursos de ativistas feministas interseccionais, quais os atuais desafios, lutas e formas de atuação deste movimento ativista, assim como quais os desafios que já foram superados, qual a sua mudança/transformação ao longo do tempo, e quais as atuais disputas que coexistem dentro próprio movimento.

A participação nesta investigação é voluntária, e não antevê quaisquer riscos acrescidos, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou consequência. Verificando-se a desistência, a totalidade dos dados fornecidos serão destruídos. Após consentir a recolha de dados, será preenchida uma ficha sociodemográfica e, posteriormente, conduzido um Grupo Focal (*Focus Group*), online, onde serão abordadas as suas perspetivas acerca da temática em questão. Este Grupo Focal será gravado, para sua posterior transcrição e análise. Na sua transcrição, os dados recolhidos serão anonimizados, garantindo a sua confidencialidade. Além disso, a gravação será eliminada após a sua transcrição. Apenas a estudante Ana Martins e a sua orientadora em supervisão científica terão acesso aos dados recolhidos durante esta investigação, e os mesmos serão utilizados exclusivamente para fins de investigação científica (Dissertação de Mestrado e posteriores artigos científicos que possam resultar desta investigação).

Para o esclarecimento de quaisquer questões associadas a esta investigação, poderá contactar a estudante Ana Martins através do seguinte correio eletrónico:

a.miguel2001@gmail.com. Além disso, se pretender ter acesso aos resultados desta investigação, poderá contactar a mesma estudante através do correio eletrónico supracitado, ou deixar aqui o seu próprio correio eletrónico, para onde serão enviados os resultados após a finalização da investigação: _____

Obrigado desde já pela sua colaboração!

Eu, _____,
declaro que li, compreendi e consinto toda a informação apresentada neste documento, participando voluntariamente nesta investigação. Aceito que a minha participação seja gravada

e as minhas respostas sejam utilizadas para fins de investigação científica, sabendo que todos os dados e informações recolhidas serão tratadas e analisadas mantendo a confidencialidade e anonimato de todas/os as/os participantes, de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados 2016/679 de 27 de abril de 2016, que entrou em vigor a 25 de maio de 2018 em Portugal.

Participante: _____ Data: _____

Mestranda: _____ Data: _____

Anexo D
Imagem de Divulgação do Estudo

Ativismo Feminista Interseccional: desafios passados e presentes

Colaboração em estudo

Procuram-se participantes com mais de 18 anos, que se identifiquem como feministas interseccionais, que façam ou já tenham feito parte de algum coletivo ou associação ativista, e que estejam disponíveis para participar num Grupo Focal (entrevista em grupo), online.

Se preenches estes critérios e gostavas de colaborar,
envia mensagem privada ou email para:

a.miguel2001@gmail.com

Obrigada!



Anexo E

Parecer da Comissão de Ética da FPCEUP



COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.^a 2024-06-05)

A Comissão de Ética (CdE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo apreciado os documentos do projeto de investigação denominado “**Ativismo Feminista Interseccional: desafios passados e presentes**”, submetidos para apreciação ética por **Ana Miguel Ribeiro Martins** e com orientação da **Prof^a Doutora Liliana Rodrigues**, na reunião n^o 06/CdE/2024, de 18 de junho, emitiu um **Parecer Favorável** à realização da pesquisa.

A Comissão de Ética recomenda a previsão de modos de divulgação específica dos dados da investigação para as pessoas participantes (a devolução de dissertações não é adequada nestas situações).

Parecer favorável

A CdE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 25 de junho de 2024 O

Presidente da CdE,


Prof. Doutor Rui Alexandre Alves

Anexo F

Excertos Adicionais de Apoio à Análise e Discussão dos Resultados

Neste anexo são apresentados alguns excertos adicionais de apoio à análise e discussão dos resultados de alguns códigos, que não foram incluídos no corpo da dissertação devido ao limite de palavras. Pretende-se, assim, que estes contribuam para uma melhor compreensão dos códigos em questão.

Tema 1 (Conceções, desafios e lutas do ativismo feminista interseccional)

Conceções Sobre o Feminismo Interseccional

“Na verdade acho que feminismo interseccional é um pleonasma, no sentido em que não existe feminismo que não inclua todas as mulheres e todas as pessoas que sofrem com o patriarcado, e isso tem que incluir necessariamente mulheres trans, mulheres negras, mulheres racializadas.” (P7)

Lutas Atuais e Emergentes

“(...)eu só chamava a atenção para uma questão que o feminismo raramente aborda, que é a questão da idade, ou seja, a população está cada vez mais idosa, as mulheres vivem mais anos, sozinhas, com baixos rendimentos, (...) em Portugal, não olhamos para essa população. (P6)

“mulheres com deficiência (...) acabam por encontrar um conjunto de diferentes obstáculos” (P14)

“(...)o feminismo interseccional, para mim, vai já tocar em características que têm muito a ver com o ecofeminismo.” (P6)

Desafios

Baixa Acessibilidade do Ativismo Feminista a Todas as Pessoas

“(...)há muitas vezes que ainda não têm espaço. E acho que há muitas mulheres que têm muito para dizer e que (...) se calhar não tiveram ainda o espaço ou o reconhecimento devido para.” (P9)

“(...)ainda falamos muito para os nossos pares. Os nossos manifestos ainda estão cheios de conceitos e (...) chavões. (...) Parece que ainda não conseguimos mesmo comunicar com as pessoas que não estão habituadas a movimentar-se nesses círculos dos feminismos e dos movimentos sociais no geral.” (P12)

Falta de Interseccionalidade na Prática

“(...) a articulação, muitas vezes com outras entidades e com outros serviços, outras associações, não é impossível, ou faz-se, obviamente, mas parece que há aqui um limite qualquer, e eu acho que o limite é não haver na prática uma visão interseccional.” (P8)

“(...)em relação ao feminismo branco versus feminismo interseccional, por exemplo. Não é no sentido que haja um movimento para que não se integre pessoas racializadas ou que não sejam mulheres brancas ou pessoas brancas. Mas também não há um reconhecimento do seu privilégio e atitudes que coadunem com tal, para haver uma interseccionalidade e uma convergência dessas forças, desses movimentos. E portanto, andam paralelamente em associações diferentes, em coletivos diferentes, quer nos movimentos formais, quer no movimento informal.” (P7)

Tema 2 (Estratégias e Meios do Ativismo Feminista Interseccional)

Estratégias a Implementar ou Reforçar

Melhorar a Acessibilidade e o Alcance Comunitário

“(...)eu gostava que as associações feministas fizessem este trabalho de cada pessoa pode ser uma pessoa feminista, homem ou mulher, o que quiser, pode ser feminista.” (P6)

“(...)tem que haver outras formas que não aquelas reuniões estereotipadas, que se fazem hoje, não é essa forma, de certeza, de cativar as mulheres e de levá-las para a luta. É em alguns setores, intelectuais, e mais esclarecidos. Mas, se nós queremos que este movimento se alargue, e que conquiste uma ampla massa de mulheres, é necessário ir onde elas estão, (...) arranjar formas, de acordo com a maneira, com a vivência delas, com os problemas delas, e arranjar maneira de as cativar. (...) e isso implica que as ativistas feministas saiam dos seus sítios e vão onde estão, nos campos, nos bairros, onde quer que seja, e tenham sensibilidade para se aperceber dos problemas.” (P13)

Ferramentas Artísticas e Culturais

“Nós aqui em Coimbra utilizamos as artes como forma de intervenção nos projetos que implementamos, nomeadamente nos projetos de violência sexual e tivemos homens muito impactados, porque nós transmitíamos as sensações do corpo, dizíamos coisas muito pesadas e há muitos homens que não sabiam coisas que se passavam connosco (...), uma coisa que para nós é tão óbvia ... só que como nós nunca transmitimos dessa maneira, com o corpo... nós já não estamos a falar, nós estamos a transmitir com o corpo e com a emoção, e eles estão a olhar para nós, então eles assim já estão a conseguir pôr-se no nosso lugar.” (P12)

“(...) através da arte podemos chegar a outras pessoas, tocar nos corações de determinadas pessoas, dizer mais do que a palavra.” (P10)

Investir na Educação

“Eu acho que a educação tem um aspeto muito importante, e a educação desde pequeno. (...) Nas pequenas coisas desde pequenino, porque é que as meninas hão de estar sempre de rosa e os meninos de azul? Porque é que os meninos hão de ter carrinhos e as meninas têm bonecas? Porque é que os meninos não podem também ter bonecas e as meninas carrinhos? (...) E por isso, todo o trabalho que é feito nas escolas, neste sentido, me parece que é um trabalho muito importante (...) projetos contra a violência no namoro, a educação de cidadania nas escolas, (...) porque sem educação vai ser difícil mudar as mentes e a postura(...)” (P13)

Meios Digitais

Problemáticas e Desvantagens dos Meios Digitais

“(...)este uso das redes sociais não é apanágio, infelizmente, só dos feminismos interseccionais. A extrema-direita farta-se de fazer isso, e disseminar fake news(...)” (P3)

“(...)o algoritmo mostra tudo às mesmas pessoas, estamos dentro de uma bolha(...)” (P7)

Complementaridade dos Meios Digitais à Prática Presencial

“(...)este uso das redes sociais, (...) que nos permite ter uma disseminação muito mais rápida de informação, o que eu acho, enquanto feminista, é que isso não substitui o panfleto, pelo simples facto que eu quando entrego um panfleto eu estou a forçar uma interação com a pessoa e, portanto, logo a seguir posso ter um diálogo com a pessoa(...)” (P3)

“(...)o estar presencial acaba por fortalecer as relações também de uma forma diferente.” (P9)

“(...) não é só através das redes sociais, tem que haver um trabalho de rua, de cara-a-cara (...)” (P7)

Tema 3 (Disputas do Ativismo Feminista)

Divergências sobre o Trabalho Sexual

“Eu fazia parte da [nome de uma associação feminista] que levou com um desmantelamento em que houve uma grande divisão de saída por causa do trabalho

sexual (...) Continua a ser uma discussão que levanta muitas (...) divergências, e que não permite muitas vezes o trabalho conjunto(...)" (P7)

Tema 4 (O Lugar dos Homens no Ativismo Feminista Interseccional)

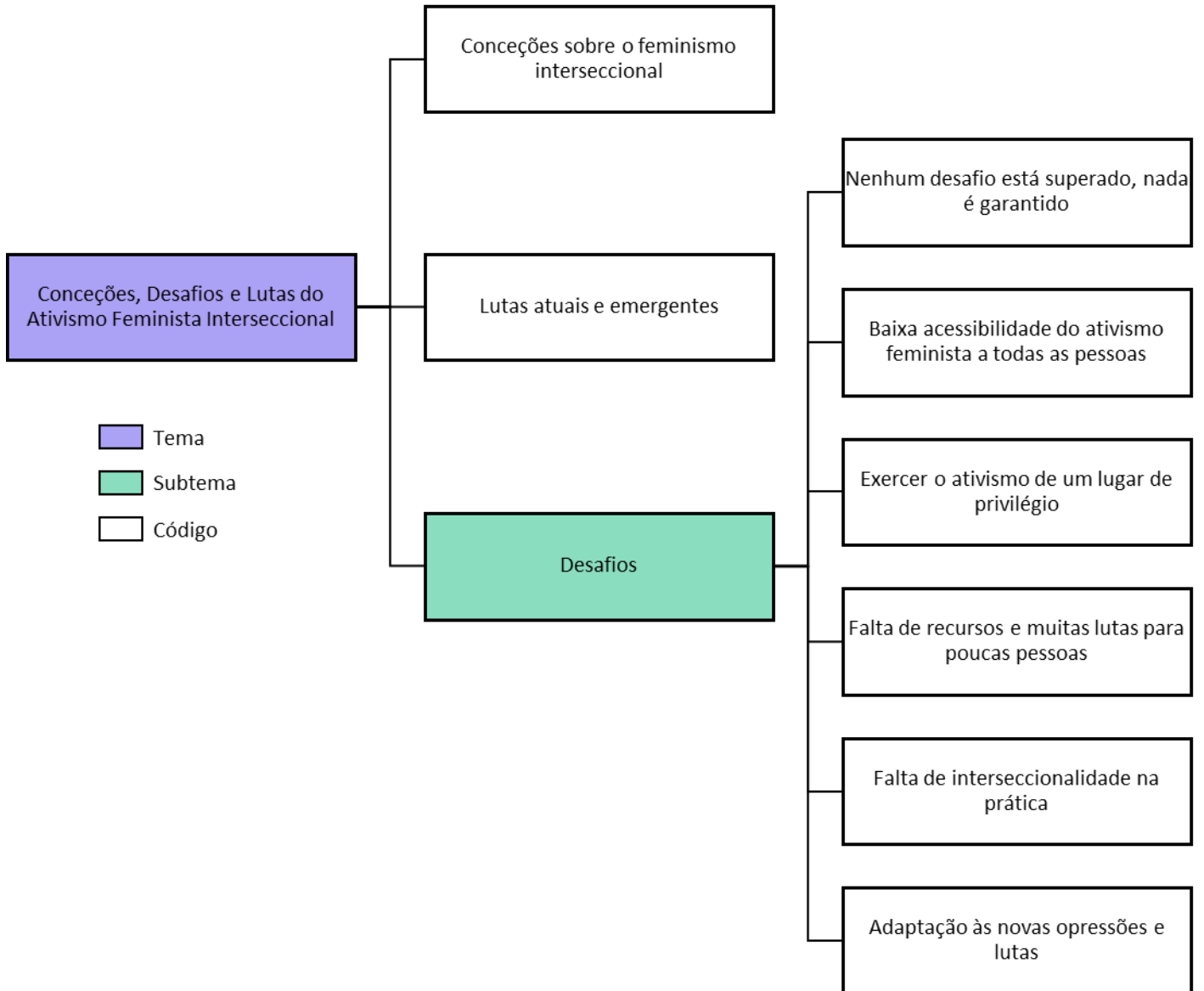
Disponibilidade para a Compreensão, Mudança e Exemplo

"Eu posso dar exemplos pessoais, tenho amigos homens cis, que são feministas e que já tiveram conversas, sei lá, no ginásio, que mudaram a perspectiva de um homem, que se eu tivesse no mesmo contexto, não mudaria de todo, não me levariam a sério." (P4)

"Ter curiosidade, porque às vezes, se calhar também por [o feminismo] ter um bocadinho muros aparentemente altos, as pessoas que se socializam como homens, não têm muito interesse de olhar para o outro lado do muro e de pensar aquilo é para mim, eu pertença ali. E então, por vários motivos, muitos deles muito válidos, e querendo também pensar naquele privilégio que nós [mulheres] temos de estar dentro do grupo e de entender e de ter acesso à informação que temos, compreender que muitos homens pelo ambiente em que cresceram podem não ter mesmo acesso facilitado, pelo menos, à conceptualização ou a uma vivência mais transparente com mulheres, por exemplo, ou mulheres que também estejam bastante limitadas pelo acesso que existe, não querendo aqui polarizar as coisas, mas, ou seja, a curiosidade acima de tudo tem de existir nos homens." (P11)

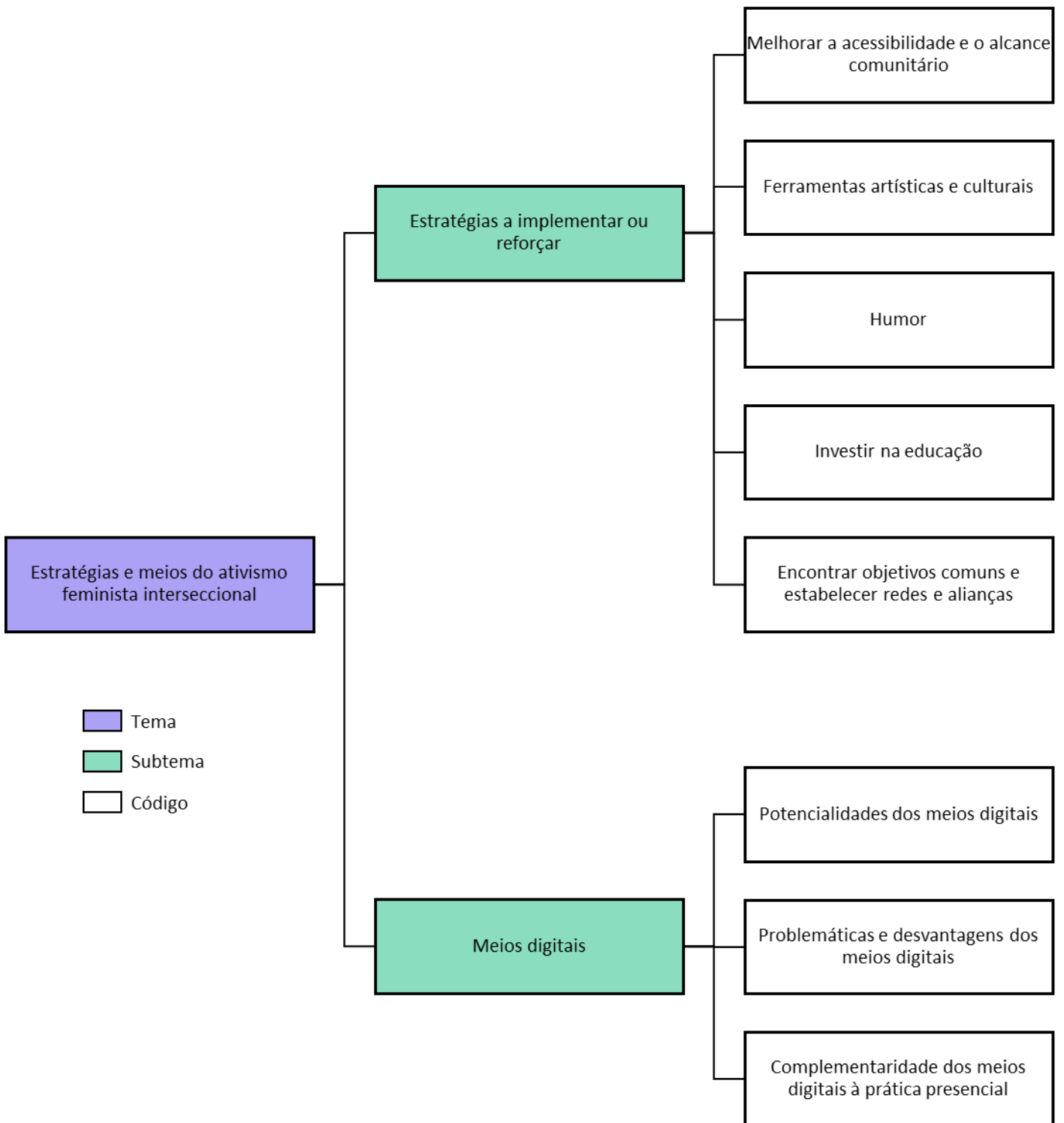
Anexo G

Mapa do Tema “Conceções, Desafios e Lutas do Ativismo Feminista Interseccional”



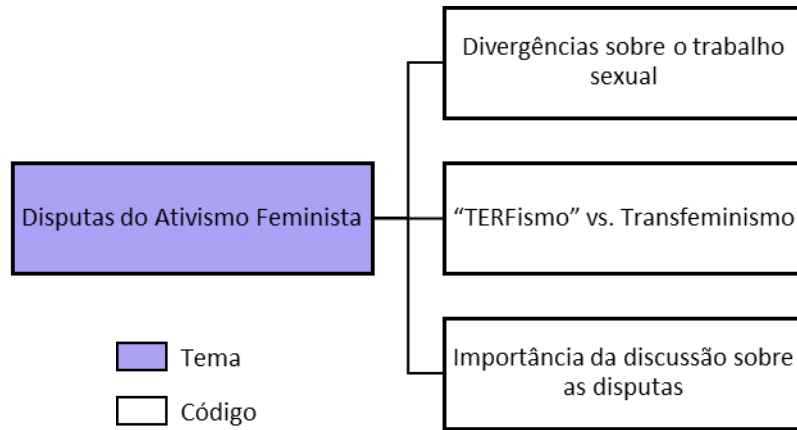
Anexo H

Mapa do Tema “Estratégias e Meios do Ativismo Feminista Interseccional”



Anexo I

Mapa do Tema “Disputas do Ativismo Feminista”



Anexo J

Mapa do Tema “O lugar dos Homens no Ativismo Feminista Interseccional”

